

SABER COOPERAR

ANO 1 | NÚMERO 4 | NOVEMBRO DE 2011

A REVISTA DO SESCOOP

O BRASIL EM BOAS MÃOS

Cooperativas de saúde se destacam na oferta de serviços de qualidade

Planejamento estratégico do Sescop chega aos estados

Congresso de Direito discute participação de cooperativas em licitações

Entrevista: Januário Montone, secretário municipal de Saúde de São Paulo





Cuide-se bem

www.fotografysty.com

Cooperativa Saudável é um programa do Sescoop voltado à saúde de cooperados e empregados de cooperativas. Seu objetivo é mostrar os benefícios da prevenção e da escolha por uma vida mais saudável, incentivando a prática de exercícios físicos, as visitas regulares ao médico e os cuidados com a alimentação.



Um programa do:



Apoio:



Saúde em boas mãos

Nos seus diversos ramos, o cooperativismo tem dado, ao longo da história, nítidas demonstrações de eficiência e inovação. No setor de saúde não é diferente. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, as cooperativas que atuam nesse segmento souberam consolidar uma presença nacional, oferecendo atendimento de qualidade às populações de todas as regiões e estados. Seja como operadoras de planos de saúde, seja na condição de prestadoras de serviços técnicos especializados, as entidades cooperativistas ocupam espaço cada vez maior no mercado de saúde privada.

Não é em vão que a Unimed, por exemplo, transformou-se no maior sistema cooperativista de saúde do mundo, com unidades em 80% dos municípios brasileiros, 110 mil profissionais cooperados e nada menos que 17 milhões de clientes. Por sua vez, o sistema Uniodonto trouxe um novo conceito para o atendimento odontológico no país, e hoje já conta com 20 mil dentistas associados e 3 milhões de clientes.

Nesta edição, a Revista Saber Cooperar destaca o trabalho desenvolvido pelas cooperativas de saúde. São apresentados aspectos como sua trajetória e evolução

desde o surgimento, na década de 1960, os modelos de gestão, as estratégias de integração sistêmica, os projetos de sustentabilidade e ainda as demandas relativas à regulamentação do setor. Um panorama atual e abrangente de um mercado que não para de crescer.

Também trazemos uma entrevista exclusiva com Januário Montone, primeiro presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e atual secretário municipal de Saúde de São Paulo. Montone fala sobre o passado, o presente e o futuro dos planos de saúde no Brasil, e defende uma integração estratégica entre os serviços públicos e privados, como forma de aprimorar o atendimento aos cidadãos.

Além do cooperativismo de saúde, uma série de outros temas são abordados nas páginas a seguir, como a participação das cooperativas em licitações, o modelo de distribuição de sobras ao final de cada exercício, a adoção das normas internacionais de contabilidade, a evolução do setor no estado do Acre, experiências de sucesso na aplicação dos recursos do Fundecoop, entre outros assuntos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

MÁRCIO LOPES DE FREITAS
presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- Sescoop





Com a palavra, o leitor!

“Sinto-me importante e integrado ao mundo cooperativista toda vez que recebo a Revista *Saber Cooperar*. Que esta revista consiga abranger o maior número de leitores envolvidos no ramo cooperativista. Parabéns pelo trabalho de informar e levar conhecimento a todos os leitores.”

Nelson Krug Bezerra
Colaborador do Secoop/RS

“Agradeço pelo envio da 3ª edição da Revista do SESCOOP- Saber Cooperar. É importante a publicação da revista em prol do crescimento e aprendizagem do cooperativismo.”

Danúbio Antonio de Oliveira
Diretor administrativo-financeiro
Unimed Cerrado

Mande seus comentários e sugestões para:
revistadosescoop@sescoop.coop.br



CONSELHO NACIONAL

Presidente Márcio Lopes de Freitas

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Erikson Camargo Chandoha - Titular
Alfredo Souza de Moraes Jr. - Suplente

Ministério da Fazenda
Gilson Alceu Bittencourt - Titular
Lucas Vieira Matias - Suplente

Ministério da Previdência Social
Rose Mary Oliveira - Titular
Aécio Pereira Júnior - Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

João Batista Ferri de Oliveira - Titular
Deuseles Rosa da Silva - Suplente

Ministério do Trabalho e Emprego
Ismael Silva Lisboa - Titular
Alex Sandro Gonçalves Pereira - Suplente

Representantes da OCB

Região Centro-Oeste
Roberto Marazi - Titular
Remy Gorga Neto - Suplente

Região Norte e Nordeste
Ruiter Luiz Andrade Pádua - Titular
Agamenon Leite Coutinho - Suplente

Região Sudeste
Edivaldo Del Grande - Titular
Wagner Guerra da Fonseca - Suplente

Região Sul
Guntolf Van Kaick - Titular
Geci Pungan - Suplente

Representantes dos Empregados de Cooperativas

Raimundo Sérgio Campos - Titular
Antonino Falchetti - Suplente

CONSELHO FISCAL

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Márcio Cândido Alves – Titular
Hélcio Campos Botelho – Suplente

Ministério da Fazenda
Vilmar Amaral de Oliveira – Titular
Luiz Fernando Alves – Suplente

Ministério da Previdência Social
Joseilton Gonçalves dos Santos – Titular
Dênio Aparecido Ramos – Suplente

Representantes do OCB

Malaquias Ancelmo de Oliveira – Titular
Valéria Mendes da Silva – Titular
Carlos Fabiano Braga – Suplente
Lilian Busche Almeida – Suplente

Representantes dos empregados de cooperativas

Ana Cristina Maia Penido – Titular
Francisca Régia Dias de Moraes – Suplente

SABER COOPERAR

www.brasilcooperativo.coop.br
Todos os direitos reservados

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente

Luís Tadeu Prudente Santos

GERÊNCIA GERAL DE OPERAÇÕES

Ryan Carlo Rodrigues dos Santos

GERÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS

Maurício Cordeiro Alves

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Sayar Ferreira Nunes

Adriano Trentin Fassine

Christiane Rodrigues de Lavor

Fernando Ripari

Inês Rosa

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Maurício Cordeiro Alves

Ryan Carlo Rodrigues dos Santos

Samuel Zanello Milléo Filho

Gerente de Comunicação

Inês Rosa

Jornalistas

Daniela Lemke

Gabriela Prado

Analista de Comunicação Visual

Cláudio Nóbrega

PRODUÇÃO

Grupo 108 de Comunicação

Regina Pessoa

Jornalistas responsáveis

Celso Cavalcanti (2552/DF)

Larissa Bortoni (2513/DF)

Design gráfico

Marilda Donatelli

Revisão

Helena Jansen

Gráfica

Coronário

Tiragem

10.000 exemplares

Entrevista <i>Januário Montone, secretário municipal de Saúde de São Paulo</i>	06
Capa Ramo Saúde <i>O Brasil em boas mãos</i> <i>Liderança mundial</i> <i>Foco no crescimento</i> <i>Além do atendimento em saúde</i>	10
Planejamento estratégico <i>Gestão planejada</i>	22
Fundecoop <i>Educação para o cooperativismo</i>	26
Sustentabilidade <i>Exemplo na agricultura orgânica</i>	30
Nos Estados <i>Cooperativismo se consolida no Acre</i>	34
Normas de contabilidade <i>Contabilidade globalizada</i>	41
Distribuição de sobras <i>Resultados coletivos</i>	44
Cooperjovem <i>Cooperativismo na sala de aula</i>	47
Artigo <i>Formar gente para o agro</i>	50
Cooperativas em licitações <i>Portas abertas para cooperativismo</i>	52



DIVULGAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SP

Januário Montone secretário municipal de Saúde de São Paulo

Atual secretário municipal de Saúde de São Paulo, Januário Montone está há mais de 20 anos na administração pública. Foi o primeiro presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e também comandou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Nesta entrevista exclusiva à Revista Saber Cooperar, ele fala sobre a evolução dos serviços de saúde no Brasil. Montone destaca o papel inovador do cooperativismo na operacionalização de planos de saúde. Também defende uma integração estratégica entre os setores público e privado, de modo a aprimorar o atendimento prestado nas diversas regiões brasileiras

“É preciso integrar os serviços públicos e privados de saúde”

Em seu livro “Planos de Saúde – Passado e Futuro” o Sr. fala sobre a evolução dos planos de saúde no Brasil desde sua origem. Poderia destacar alguns pontos marcantes dessa trajetória?

Os primeiros grandes planos começaram a surgir no Brasil em São Paulo, ainda na década de 1960, quando as multinacionais passaram a investir por aqui. Foram essas empresas que trouxeram a figura dos planos de saúde para a pauta dos trabalhadores. E a exigência de que os patrões oferecessem esse benefício acabou se incorporando quase como uma obrigatoriedade nas pautas sindicais em todo o país. O plano virou um diferencial competitivo para contratação de mão de obra qualificada. O que observamos, então, é o crescimento desse mercado de convênios de saúde exatamente nas regiões mais ricas; e desde o início, ligados muito mais a um benefício trabalhista - os chamados planos coletivos - do que a planos individuais. Até hoje, 80% dos beneficiários de planos de saúde são vinculados a planos coletivos, com ou sem patrocinador. Outro momento que destaco é o da regulamentação do setor, a partir de 1998, com a criação da ANS. Essa regulamentação foi o que podemos chamar de segunda onda da reforma sanitária no Brasil.

Qual a primeira onda dessa reforma?

Foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Constituição de 1988. O SUS é produto de uma longa luta política pela reforma sanitária. Antes da Constituição, o modelo era muito diferente do que temos hoje. Primeiro porque não era o Ministério da Saúde que cuidava do atendimento à população. Os hospitais do INPS ou INAMPS eram ligados ao Ministério da Previdência. Ao Ministério da Saúde cabiam as grandes campanhas de vacinação, prevenção, etc. Na época também não havia o conceito de universalização dos serviços; o atendimento público era ligado ao mercado formal de trabalho. Para usar os serviços públicos de saúde era preciso ter carteira de trabalho. Quem não tinha era atendido pelas santas casas e outras entidades de benemerência. Então a criação do SUS foi um verdadeiro terremoto, a primeira onda da reforma sanitária. E a Constituição de 1988 já previa que o setor privado seria regulamentado, o que demorou dez anos para ser feito.

E quais os reais impactos da regulamentação do setor?

De fato foi um abalo muito forte no mercado. Aliás, com o fim da inflação galopante, antes mesmo da regulamentação, o setor já havia mudado muito. Isso porque, no período inflacionário, quase todo o mercado financeiro entrou nesse segmento; as grandes seguradoras montaram sistemas de seguro de saúde e o real negócio dos planos era o "overnight". Óbvio que havia setores com maior compromisso ético e aí incluiu as cooperativas do ramo.

Com relação à regulamentação em si, ela praticamente equiparou os planos

de saúde no que se refere ao cumprimento da lei. Estabeleceu regras, proibiu exclusões. Hoje, excetuando procedimentos como transplantes e alguns outros de altíssima complexidade que ainda não foram incluídos, a diferença entre um plano de saúde e outro é basicamente hotelaria e rede assistencial. Você não tem mais, por lei, diferença no que é atendido e no que não é. Aquilo que deve ser atendido é basicamente o mesmo para todos os planos.

Como o Sr. avalia a participação do cooperativismo no setor de saúde privada?

As cooperativas sempre foram inovadoras e o cooperativismo de saúde soube se organizar de forma muito forte, encontrando um modelo de negócio capaz de nacionalizar o atendimento aos seus usuários. Esse sistema que as Unimeds, por exemplo, conseguiram montar, de uma rede nacional reunindo todas as suas cooperativas, os outros segmentos não conseguiram. Desde o início, as cooperativas médicas tiveram um papel muito forte no mercado. Sabemos que as cooperativas se ressentiram muito da regulamentação do setor, por serem formadas por médicos e outros profissionais de saúde, diferentemente de outras empresas mercantis. Nesse sentido elas tinham até certa razão, pois eram mais ligadas à saúde em si. Entretanto, não tinha como elas ficarem de fora da regulamentação sob a ótica de quem está sendo atendido.

Outros tipos de operadoras também reagiram à regulamentação?

O setor de saúde suplementar é composto por quatro grandes segmentos:

medicina de grupo, cooperativas, autogestão e seguradoras. Os três últimos resistiram conceitualmente à regulamentação. Achavam que não deviam ser regulados, por já o serem por legislações específicas. As cooperativas defenderam essa posição com muita clareza, assim como as seguradoras, que alegavam vender um produto que era seguro médico econômico-financeiro. E as autogestões, ligadas principalmente às empresas estatais, também achavam que deviam ficar de fora. A regulamentação tratou cada uma de forma diferente, para que as regras econômicas e financeiras respeitassem as características de cada um desses segmentos. Não se podia exigir, por exemplo, que uma cooperativa fizesse uma reserva técnica financeira do mesmo porte de uma seguradora. Em dois anos e meio, a ANS editou 145 normas reguladoras, e em muitos casos, a discussão ocorreu a partir dos primeiros casos concretos que apareciam. Nenhum outro país havia feito uma regulamentação como essa, tudo estava em aberto, e a ANS teve de regulamentar tudo com o processo em andamento.

Por que ainda existem resistências a vários aspectos da regulamentação?

É verdade. Até hoje os diferentes segmentos formadores do mercado às vezes continuam se colocando numa posição de querer sair do processo de regulação. Mas para mim essa é uma discussão superada. O que precisa ser conversado a partir de agora é o aperfeiçoamento do modelo. Primeiramente no que diz respeito a algumas especializações. Veja o caso da odontologia: a partir de uma discussão provocada pelo próprio setor dos planos de odontologia, a regulamentação desses planos foi

adaptada para as características específicas da área. E hoje ela é a de maior crescimento no mercado. Já a assistência farmacêutica continua sendo um buraco negro nessa discussão, porque não faz parte da obrigatoriedade do rol de procedimentos. Essa é uma lacuna muito séria, que em algum momento precisará ser enfrentada. A outra discussão é a integração estratégica com a saúde pública como um todo. Porque não faz sentido nós continuarmos trabalhando no modelo atual.

Em que consiste essa integração estratégica?

Falo de uma integração no nível do planejamento estratégico do setor. De uma forma ou de outra, as duas áreas estão ligadas à saúde pública. O SUS contém a saúde suplementar. Deveríamos estar discutindo a organização do sistema nacional de saúde, composto pela assistência pública, pela assistência privada e pela vigilância em saúde, que é a polícia sanitária e a vigilância epidemiológica. São três grandes segmentos a serem organizados num sistema nacional. Da forma atual, o setor público não tem como fazer um planejamento verdadeiro que lhe permita ter ganhos pela presença do setor privado.

O município de São Paulo, por exemplo, tem 11 milhões de habitantes, e cerca de 55% deles são beneficiários de planos de saúde. Só que o gestor público não sabe quem são essas pessoas, enquanto as operadoras privadas sabem exatamente quem elas têm de atender. Mas o gestor público é obrigado por lei a montar um sistema para atender os 11 milhões de habitantes. Isso é um absurdo, não faz sentido. É impossível planejarmos o sistema público, pois não temos informações do setor priva-

do. Então toda nossa estrutura de saúde pública tem de ser construída para cobrir toda a população do município, desconsiderando as pessoas que são atendidas pelo setor privado. Fica difícil estabelecer prioridades.

Como se daria essa integração na prática?

Vou dar um exemplo. Nós temos regiões na cidade de São Paulo, na zona norte e na zona sul, que não têm hospitais públicos e nem privados. Simplesmente não há leito hospitalar. Ora, existem usuários de planos de saúde nessas regiões da cidade. Qual é o problema de o setor público e o setor privado conversarem para fazer um hospital lá, em sociedade, para atender suas respectivas clientela? Essa integração iria reduzir o desperdício e melhorar a capacidade de atendimento, principalmente do setor público.

Em algum momento terá de haver uma discussão importante: somente no Brasil temos um sistema público que obriga o setor privado a dar atendimento integral ao usuário, mas permite que essa pessoa também vá para o setor público a qualquer tempo. Na minha opinião, alguém que tenha um plano de saúde deveria ser atendido exclusivamente pelo plano. Não usar os dois ao mesmo tempo. Embora seja um direito do cidadão, é impossível para o gestor público planejar um sistema de saúde desse jeito.

Hoje já é comum o atendimento do SUS ocorrer por meio de serviços privados, não?

Sem dúvida. O SUS é um sistema público, mas não é estatal. A Secretaria de Saúde da capital paulista, por exemplo,

tem 18 hospitais próprios, mas ela contrata 30 hospitais privados, além dos leitos que são contratados pelo estado para atender no município. Outro exemplo: a regulamentação técnica estima que é preciso haver um tomógrafo para cada 100 mil habitantes. Portanto, a cidade de São Paulo deveria ter algo em torno de 126 tomógrafos. Temos hoje 216 tomógrafos. Só que apenas 60 estão atendendo o SUS; sendo 70% deles de propriedade privada. Com relação à hemodiálise, 90% das clínicas e equipamentos são privados, contratados pelo SUS para prestar serviços à população. O mesmo ocorre com a ressonância magnética. Temos mais ressonância magnética em São Paulo do que o Canadá inteiro. Então a falta de integração é um desperdício fantástico para o setor público e também para o setor privado.

O Sr. defende a transformação da saúde suplementar em política pública?

A exigência de um atendimento integral em saúde, como ocorre no Brasil, só tem sentido quando se transforma o plano de saúde em uma política pública. Temos uma média de 40% de cobertura de planos na região Sudeste, de 8% na região Norte, e de 15% na região Nordeste. Se é uma política pública, vamos discutir a expansão do mercado nessas regiões. Seria uma integração efetiva entre a saúde suplementar e o SUS. O que defendo é algo mais amplo do que uma parceria público-privada; é uma integração estratégica para construir o Sistema Nacional de Saúde. Trata-se de o país também cuidar do desenvolvimento sustentável do setor privado de saúde, absorver isso como parte do Estado, o que é fundamental para o equilíbrio dos dois setores.

O Brasil em boas mãos

Cooperativas já são responsáveis pelo atendimento de boa parte dos usuários dos serviços de saúde privada no Brasil, mas ainda buscam o devido reconhecimento do poder público para garantir sua sustentabilidade

O cooperativismo do ramo saúde tem experimentado, nas últimas décadas, um crescimento expressivo no país. Seja em número de usuários, de profissionais cooperados, e também no que se refere à cobertura territorial, as instituições do setor ocupam cada vez mais espaço no mercado de saúde privada.

Atualmente, 852 entidades desse tipo mantêm registro na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), segmentadas em diferentes categorias profissionais, como médicas, odontológicas e de enfermagem. Dentro desses segmentos, há também as cooperativas especializadas por áreas, entre elas cardiologia, pediatria e outras.

As cooperativas do ramo se dividem entre as operadoras de planos de saúde e as prestadoras de serviços. As prestadoras são aquelas formadas por profissionais de determinados segmentos - como

enfermeiros, anesthesiologistas e médicos em suas respectivas especialidades - que se reúnem em cooperativas com o objetivo de oferecer sua força de trabalho de modo organizado e autônomo. Assim como acontece com as operadoras, as prestadoras de serviço também se organizam em federações e confederação nacional. São exemplos desse grupo a Coopanest (Anesthesiologistas), a Unipsico (Psicólogos) e a Unifisio (Fisioterapeutas).

Já as operadoras, organizações maiores e com participação mais ampla no mercado, além de comercializar planos aos usuários, oferecem serviços para atendê-los. Entre essas, destacam-se os sistemas Unimed, que reúne 372 cooperativas em todo o país, e Uniodonto, com 127 unidades. Enquanto o Sistema Unimed responde por 37% do mercado de saúde privada brasileira, formado por mais de 46 milhões de usuários, o Uniodonto atende 20% de todos os beneficiários registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Na avaliação do representante nacional do ramo saúde da OCB, José Ximenes, o sucesso desses sistemas está estreitamente vinculado ao fato de atuarem dentro do modelo cooperativista. "Vivemos em um país continental, e foram os princípios do cooperativismo que permitiram a essas instituições vencer as enormes diferenças geográficas, econômicas e sociais brasileiras, alavancando a modernização tecnológica, a interiorização médica e a melhoria da qualidade de atenção à saúde", diz.

Para Laudo Rogério dos Santos, gerente do ramo na OCB, a adoção dos

"Em alguns lugares, o sistema Unimed já atende mais pessoas que o próprio setor público."

JOSÉ XIMENES
representante nacional
do ramo saúde da OCB



CARLOS SILVA / UNIMED CERRADO

princípios cooperativistas foi fundamental para que os sistemas Unimed e Uniodonto pudessem dispor da abrangência nacional que têm atualmente. "Quando se fala em Unimed, muitas pessoas tendem a achar que é uma única empresa, porém, na verdade são 372 instituições diferentes. O mesmo vale para a Uniodonto. Então essa capilaridade foi decisiva para os números grandiosos que os dois sistemas têm. Hoje em dia, sem escala não é possível trabalhar", observa Rogério.

José Ximenes lembra que um dos fatores que contribuem de forma decisiva para impulsionar os resultados das cooperativas de saúde é a permanente valorização dos profissionais cooperados. Isso porque, seguindo a própria filosofia cooperativista, as entidades do ramo atuam com a prioridade de proporcionar aos médicos, dentistas e outros profissionais da saúde, trabalho e renda em condições adequadas para o exercício de suas atividades.

"Numa época em que se percebe certo descontentamento dessas categorias no que diz respeito aos seus rendimentos, o sistema cooperativista é reconhecidamente o que melhor remunera seus profissionais e também o que tem criado maior número de vagas no mercado", aponta o representante nacional do ramo.

Regulamentação

O mercado de atuação das cooperativas e demais operadoras de planos de saúde passou por transformações importantes nos últimos anos, principalmente após a edição da Lei 9.656, de 1998, e a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, no ano 2000. Com a ANS, vieram diversas medidas voltadas a instituir normas, controle e fiscalização das empresas do segmento. Como consequência direta disso, o número de operadoras em funcionamento no Brasil caiu de dois mil para 1.100.

Segundo Laudo Rogério, essa regulamentação teve papel importante para organizar o setor. “Havia inclusive pseudo-operadoras, que vendiam planos de saúde, mas não os entregavam; e aí, quando recebiam as mensalidades, saíam do mercado. Agora só ficou quem realmente tem condições de prestar o atendimento aos usuários”, destaca.

Outro resultado da regulamentação foi o acréscimo das obrigações e coberturas por parte das operadoras. Com isso, também cresceram substancialmente os custos de manutenção dos serviços oferecidos aos usuários.

Nesse contexto, os representantes cooperativistas reclamam que falta ao Governo Federal e à ANS reconhecer as diferenças fundamentais entre as cooperativas e outras operadoras mercantis que atuam no setor, uma vez que, para as primeiras, existem leis específicas no que se refere a questões importantes, como é o caso do modelo de tributação.

“A agência reguladora nos enxerga da mesma forma como vê outras empresas que têm razão de existir diferente

da nossa. Queremos que nos percebam como somos, cooperativas sem fins lucrativos, com solidez, presença marcante e médicos instruídos. Diferentes, portanto, tanto na forma quanto no conteúdo, dos demais atores da medicina privada”, diz o presidente da Unimed do Brasil, Eudes de Freitas Aquino.

O presidente da Uniodonto do Brasil, José Alves de Souza Neto compartilha essa opinião. “Não recebemos nenhum tratamento diferente por estar sob uma estrutura cooperativista. A ANS não divide isso, tratando todas as operadoras de planos de forma igual”, atesta.

José Ximenes avalia que é fundamental o governo compreender que as cooperativas de saúde são organizações sem fins lucrativos, preparadas e dispostas a estabelecer parcerias público-privadas que beneficiem toda a população brasileira. “Em alguns lugares, o sistema Unimed já atende mais pessoas que o próprio setor público. Portanto, essa parceria iria fortalecer o Sistema Único de Saúde, contribuindo para que as metas e diretrizes do SUS fossem atendidas com uma abrangência maior”, diz o representante da OCB.

Ao longo dos últimos 40 anos, o cooperativismo vem se preparando para as mudanças que a sociedade e a economia de mercado exigem das organizações. “As demandas da saúde para os próximos anos serão cada vez maiores, tendo em vista os avanços da medicina, as mudanças no consumo e o aumento da expectativa de vida dos brasileiros”, pondera Laudo Rogério. Diante desses desafios, as cooperativas estão se preparando para, em parceria com o Poder Público, contribuir de forma decisiva para a melhoria da rede nacional de saúde.

Liderança mundial

Maiores sistema cooperativista médico do mundo, a Unimed está presente em mais de 80% dos municípios brasileiros, com 110 mil profissionais cooperados, responsáveis pelo atendimento a 17 milhões de clientes e 73 mil empresas

Os números acima mostram a dimensão alcançada pelo Sistema Unimed desde que sua primeira cooperativa foi inaugurada, em 1967, na cidade de Santos (SP). A organização detém a liderança de um setor extremamente competitivo e também altamente regulamentado. Uma realidade que, mais uma vez, comprova a força do cooperativismo.

Dirigentes do Sistema são unânimes em apontar que os princípios cooperativistas têm sido fundamentais para o crescimento e a consolidação da Unimed nas diversas regiões do país. "O cooperativismo une desenvolvimento econômico e bem-estar social. E a convergência desses princípios para a prática de uma medicina de qualidade, humana, ampla e atualizada contribuiu muito para o nosso sucesso", atesta o presidente da Unimed do Brasil, Eudes Aquino.

Mohamad Akl, presidente da Central Nacional Unimed, assegura que o grande diferencial está no modelo cooperativista que privilegia as pessoas e o desenvolvimento social. "Os próprios

médicos são os donos das cooperativas, o que permite nossa participação em todas as regiões do país. É um modelo de medicina sem intermediários, que caiu no gosto do brasileiro."

Para atingir o patamar atual, o Sistema mantém foco permanente na integração de suas unidades. O pressuposto é de que, quanto mais sinergia houver entre cada uma das partes, maior será sua força e consolidação. Para tanto, as diretrizes institucionais são definidas com a contribuição de todos - cooperativas singulares, federações, Central Nacional Unimed, Seguros Unimed e Unimed Participações.

Eudes Aquino explica que o mapa estratégico da Unimed contempla quatro grandes plataformas norteadoras: finanças, mercado e clientes, processos internos, e aprendizagem e crescimento, com direcionamentos voltados ao cumprimento do objetivo de gerar cada vez mais valor para os cooperados.

"Os próprios médicos são os donos das cooperativas"

EUDES AQUINO,
presidente da Unimed do Brasil



DIVULGAÇÃO/UNIMED BRASIL

“No que diz respeito à gestão, são priorizados projetos e ações que visam a manutenção da solidez da marca. Optamos por adotar o modelo de governança corporativa adaptada ao sistema cooperativista. Nos preocupamos ainda com a sustentação das relações institucionais e políticas dentro e fora do Sistema”, afirma o presidente, completando que também são prioridades estratégicas avaliações de mercado, estudos sobre novas formas de remuneração médica, ações de responsabilidade social, entre outros itens.

Outra questão que tem merecido especial atenção do ponto de vista estratégico é o desenvolvimento de um projeto de parceria público-privada (PPP). Eudes Aquino diz que tem apresentado a proposta em eventos e reuniões, e inclusive já o expôs pessoalmente ao vice-presidente da República, Michel Temer.

O projeto inclui a possibilidade de aproveitamento da rede da Unimed - 3.244 hospitais credenciados, 114 hospitais próprios e 171 pronto-atendimentos – para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). “A aplicação de uma PPP agilizará trâmites relacionados ao setor de saúde, principalmente os voltados ao atendimento à população mais carente. As cooperativas Unimed estão prontas para intensificar sua atuação nesse sentido. Não há nenhum impedimento técnico e nem legal a essa parceria”, afirma.

Demanda crescente

A preocupação do Sistema Unimed com o estabelecimento de uma parceria público-privada ocorre num momento em que a demanda pelos serviços de saúde suplementar não para de crescer. Hoje,

mais de 46 milhões de brasileiros mantêm planos de saúde, e a expectativa é de que esse número aumente ainda mais nos próximos anos.

Para o diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil, Valdmário Rodrigues Júnior, a situação de precariedade da rede pública, carente de recursos e de investimentos que qualifiquem melhor o atendimento, tem levado os cidadãos a buscarem cada vez mais os serviços privados.

Outro fator, segundo ele, é a maior conscientização das pessoas quanto à importância de investir em saúde pessoal e familiar. “Hoje, grande parte dos brasileiros já entende que a saúde é um bem fundamental, que deve ser prestado com qualidade. Tudo isso faz com que a população busque a saúde privada, inclusive as cooperativas, como alternativa para um bom serviço”, avalia.

Valdmário Rodrigues assegura que o Sistema Unimed está atento a esse aumento da demanda, e tem se preparado para atendê-lo. Uma das estratégias é intensificar o processo de verticalização, que consiste na construção e manutenção de hospitais e laboratórios próprios, nos quais possam ser prestados todos os serviços aos usuários.

“Os brasileiros entendem que saúde é fundamental”

VALDMÁRIO RODRIGUES JR.,
diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil



Desafios do setor

Além da competitividade e do aumento constante da demanda, as cooperativas do ramo saúde precisam enfrentar questões importantes quanto ao atual modelo de regulamentação. Periodicamente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) imputa novas regras e obrigações às entidades do setor, ampliando o rol de procedimentos, obrigando-as a restituírem valores crescentes ao SUS, reduzindo carências para atendimentos, limitando reajustes nos planos a percentuais abaixo dos custos do mercado, entre outras medidas.

“Entendemos que, como agência reguladora, a ANS tem a missão de evitar distorções de mercado, principalmente o não cumprimento do previsto em contrato. Mas o órgão tem transferido às operadoras privadas responsabilidades governamentais”, contesta Mohamad Akl, presidente da Central Nacional Unimed.

Para se ter uma ideia, nos últimos quatro anos os reajustes anuais dos planos de saúde, autorizados pela ANS, foram sempre menores do que a chamada inflação médica, medida pelo setor, conforme quadro a seguir:

Ano	Inflação médica	Reajuste autorizado
2008	10,2%	5,9%
2009	12%	6,8%
2010	6,9%	6,7%

“A utilização do SUS é de livre arbítrio do usuário”

MOHAMAD AKL
presidente da Central Nacional Unimed



DIVULGAÇÃO/UNIMED BRASIL

Mohamad Akl diz não ver razão para que a saúde privada seja um dos únicos segmentos empresariais a ter reajustes determinados por uma agência reguladora. Outro ponto que ele reclama é quanto aos ressarcimentos que as operadoras são obrigadas a fazer ao SUS, quando seus usuários recorrem à rede pública. “Quando o cliente contrata uma assistência médica, ele recebe um guia com a relação de médicos e recursos aos quais tem direito, todos credenciados à operadora. A eventual utilização de hospitais do SUS é de livre arbítrio do usuário”, argumenta.

Os dirigentes da Unimed apontam ainda o aumento gradual de custos como outro importante desafio para a sustentabilidade dos negócios. O rápido processo de envelhecimento da população e o surgimento de tratamentos e medicamentos cada vez mais caros são algumas das causas que levam a essa elevação dos preços. “As respostas a esses desafios devem contemplar modificações na forma como os cuidados médicos são prestados à população, com a expansão dos planos de prevenção e o gerenciamento de doenças crônicas”, completa Eudes Aquino.

Foco no crescimento

Com mais de 20 mil dentistas associados, três milhões de clientes e presença em todos os estados brasileiros, o Sistema Uniodonto define o crescimento de mercado como prioridade para os próximos anos

Corria o ano de 1972 quando um grupo de 37 cirurgiões dentistas de Santos (SP) tomou a decisão de criar a primeira cooperativa Uniodonto. O objetivo era oferecer serviços de qualidade e preços acessíveis à população, eliminando a figura dos intermediários e reduzindo os custos dos tratamentos.

Passados quase 40 anos desde então, a Uniodonto se transformou na maior rede privada de atendimento odontológico do Brasil, operando planos individuais e coletivos em âmbito nacional, sempre mantendo a filosofia e os ideais cooperativistas que inspiraram seus fundadores.

De olho no futuro, a entidade pretende conquistar ainda mais espaço no mercado sem perder de foco o Planejamento Estratégico 2011-2014, recentemente aprovado. A palavra de ordem é crescimento. "Não existe retorno para o cooperado se ficarmos estagnados. Portanto esse crescimento é fundamental para a nossa sustentabilidade", pondera o presidente da Uniodonto do Brasil, José Alves de Souza Neto.

Para que esse direcionamento nacional seja assimilado e seguido por todas as 127 cooperativas do Sistema, o Planejamento Estratégico é uma construção coletiva da Diretoria Executiva da Uniodonto do Brasil juntamente com o Conselho Técnico Operacional, do qual participam os presidentes de todas as federações estaduais.

Além da expansão dos negócios, a Uniodonto definiu como diretriz estratégica para os próximos anos a comunicação e a padronização das ações nas cooperativas. O propósito é fazer com que as rotinas de trabalho e os serviços sejam efetivamente apresentados, em nível nacional, com as mesmas características e a mesma qualidade.

Um instrumento que será intensamente usado para atingir essa meta é a TV Uniodonto, que possibilita a realização de cursos de qualificação e aperfeiçoamento das nossas cooperativas. Por meio da TV Uniodonto podemos chegar facilmente a todos os nossos dirigentes, colaboradores e cooperados espalhados pelo Brasil", diz José Alves.

O presidente conta que a entidade tem negociado com a OCB e o Sescoop a oferta de cursos de MBA de gestão para seus profissionais. E também conversado com a Fundação Unimed para a criação de cursos específicos para seu público interno.

"Não existe retorno para o cooperado se ficarmos estagnados. Crescimento é fundamental"

JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO, presidente da Uniodonto do Brasil



Diferenciais competitivos

Assim como nas demais áreas da saúde, é notório o aumento da demanda da população pelos serviços odontológicos. Na avaliação da vice-presidente de Administração Financeira da Uniodonto do Brasil, Maria Sônia Costa, esse fator se deve, entre outras coisas, a uma maior conscientização das pessoas em relação à saúde bucal. “Se até algum tempo atrás as pessoas se preocupavam apenas em fazer um plano médico, hoje elas já entendem que é preciso também um plano odontológico. Afinal, a saúde começa pela boca”, afirma.

Além da questão da saúde em si, Maria Sônia lembra que é crescente a preocupação das pessoas quanto à estética dos dentes. “O plano odontológico vem viabilizar esse desejo de ter um sorriso mais bonito também”, acrescenta.

A evolução dos números da Uniodonto nas últimas décadas pode ser explicada por vários fatores. Um deles é a própria capilaridade de sua rede de atendimento, que cobre todas as unidades da Federação. Há que se destacar, ainda, aspectos como a flexibilidade dos planos e a diversidade de especialistas cooperados.

Porém, um dos maiores diferenciais do Sistema é a política permanente de valorização de seus dentistas associados, o que reflete diretamente na qualidade dos serviços. “O retorno que o dentista tem trabalhando para uma operadora mercantil é extremamente diverso do que ele obtém fazendo parte da cooperativa. Aqui ele participa das decisões dentro dos conselhos de administração e fiscal, nas assembleias, nos comitês técnicos e em todos os níveis da organização”, argumenta José Alves.

Compartilhando da mesma opinião, Maria Sônia Costa avalia que as empresas concorrentes são bem diferentes das cooperativas. “Elas visam o lucro, enquanto nós temos o objetivo de levar trabalho e pagar preço justo. Não temos essa preocupação de ter lucro, de ter sobra; nossa prioridade é remunerar de forma digna o profissional que está lá na ponta”, reforça. A defensora do modelo cooperativista revela ainda que é um desafio diário valorizar o odontologista, e ao mesmo tempo oferecer um serviço de baixo custo ao mercado cada vez mais competitivo.

De acordo com José Clóvis Tomazzoni de Oliveira, diretor de Operações e Mercado da Uniodonto do Brasil, a interatividade com a comunidade é outro diferencial do Sistema. “Esse é um princípio cooperativista, que se realiza por meio de projetos sociais especiais focados em comunidades carentes, empresas e famílias. A preocupação com o meio ambiente também faz parte de projetos criados e apoiados pelo Sistema Nacional Uniodonto.”

Intercooperação

Como forma de aprimorar uma das principais características da Uniodonto, que é a possibilidade de o usuário ser atendido em qualquer cooperativa filiada do país, foi criada, há cerca de dez anos, uma câmara de compensação responsável pela tramitação financeira de todos os débitos e créditos que transitam entre as cooperativas.

Ou seja, todos os pagamentos ou recebimentos envolvendo as cooperativas, em razão de atendimentos feitos a clientes de qualquer outra singular,

são processados de forma centralizada, de um dia para o outro, mediante lançamentos no portal da Uniodonto na internet.

A existência desse instrumento de intercâmbio pôs fim ao troca-troca de centenas de faturas diárias, como acontecia até então. “A câmara de compensação dá credibilidade à tramitação de valores dentro do Sistema, e de uma forma que não é nem percebida pelo cliente ou pelo cooperado lá na ponta. Hoje não imaginamos como poderíamos funcionar sem ela. Foi um divisor de águas quando falamos em administração do Sistema”, analisa José Alves de Souza Neto.

Atuando em um mercado competitivo e em franca expansão, fortemente regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Sistema Uniodonto está preparado para continuar oferecendo serviços de qualidade a preços acessíveis para seus usuários. A avaliação é do diretor de Operações e Mercado da Uniodonto do Brasil. “Temos modernizado nossa gestão e melhorado a qualificação de nossos dirigentes e colaboradores. Contando sempre com apoio da OCB e do SESCOOP. Com isso, ganhamos agilidade, dinamismo e confiança. Estamos prontos para enfrentar novos desafios”, diz José Clóvis Tomazzoni de Oliveira.

“Melhoramos nossa gestão e a qualificação dos colaboradores”

JOSÉ CLÓVIS TOMAZZONI, diretor de Operações e Mercado da Uniodonto



DIVULGAÇÃO/UNIODONTO

Comitê Paraolímpico - parceria de ouro



A determinação de colocar em prática iniciativas socialmente responsáveis é uma constante para as duas maiores cooperativas de saúde do Brasil. Exemplo disso é a parceria firmada tanto pela Unimed quanto pela Uniodonto com o Comitê Paraolímpico Brasileiro, por meio da qual oferecem planos de saúde gratuitos aos atletas vinculados.

Responsável pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência, com iniciativas de divulgação, organização de competições e participações em eventos no exterior, o Comitê Paraolímpico tem contribuído para derrubar preconceitos e estimular a prática esportiva por todos os segmentos da sociedade.

Os atletas paraolímpicos brasileiros demonstram, com seu exemplo de vida e com resultados expressivos, que vale a pena apostar neles. Na Paraolimpíada de Sydney, em 2000, o Brasil alcançou o 24º lugar, com seis medalhas de ouro, dez de prata e seis de bronze. Oito anos depois, em Pequim, saltou para o 9º lugar, com 16 ouros, 14 pratas e 17 bronzes, trazendo da China um total de 47 medalhas.

“Nosso principal objetivo com essa parceria é de cunho social. Acreditamos que o próprio trabalho feito para os atletas já é um grande retorno. É uma satisfação ver tantos resultados positivos trazidos para o Brasil. É importante dizer que o atendimento que prestamos a eles é duradouro, feito durante todo o ano, independentemente de haver ou não competição”, ressalta José Alves de Souza Neto.



Além do atendimento em saúde

Sustentabilidade e responsabilidade social fazem parte das diretrizes estratégicas dos sistemas Unimed e Uniodonto

Em 2003, a Unimed do Brasil lançou o Selo Unimed de Responsabilidade Social, que passou a ser conferido a cooperativas singulares e federações do Sistema que alcançassem pontuação nos indicadores desse segmento. Desde então, teve início a criação de áreas específicas dentro da Unimed para tratar da questão da sustentabilidade.

Atualmente, esse conceito é tratado como parte intrínseca à própria gestão organizacional, tendo evoluído de ações assistenciais isoladas para um direcionamento nacional voltado à efetiva transformação da sociedade. O pressuposto é de que não basta ter bons projetos voltados para as comunidades em que o Sistema atua. A cada ano é realizado um Seminário Nacional de Responsabilidade Social, com a participação de especialistas e profissionais das Unimeds, para discutir pontos como

diversidade, impactos sociais e ambientais, e novos desafios globais.

Em 2011, foi criado o Comitê Nacional de Responsabilidade Social, que tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de novos projetos que possam ser incorporados pelo Sistema. Além disso, a Unimed do Brasil mantém, à disposição das unidades de todo o país, uma equipe para auxiliar no desenvolvimento de projetos e na implantação da sustentabilidade como modelo de gestão.

“Ao trabalhar questões como sustentabilidade e responsabilidade social, as cooperativas percebem uma melhoria nos processos e envolvem mais seus colaboradores. Outro fator que tem contribuído para a busca de uma gestão mais sustentável são os nossos clientes pessoa jurídica, que frequentemente têm solicitado a apresentação de balanço

social e até auditorias de conformidade para firmar ou renovar seus contratos”, salienta Maike Rothenburg Mohr, coordenadora de Responsabilidade Social da Unimed do Brasil e integrante do Comitê de Sustentabilidade do SESCOOP.

Entre as ações desenvolvidas nessa área pelas unidades no país, Maike destaca projetos como “Saúde Ambiental - Um olhar sustentável pela vida”, da Unimed Fortaleza; “Inclusão produtiva”, da Unimed Blumenau; “De cara limpa contra as drogas”, da Unimed Cuiabá; e “Fórum do Idoso”, da Unimed Belém.

Com relação à Unimed do Brasil, ela cita o programa Unimed Abraça os ODM, por meio do qual a entidade pretende contribuir com os oito Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU para serem alcançados até 2015 (Veja em <http://www.objetivosdomilenio.org.br>). A proposta é unificar e intensificar o que já está sendo feito pelas Unimeds em prol dos objetivos definidos pelas Nações Unidas.

“Pensamos, agora, em criar um projeto nacional com uma causa única, visto que hoje temos mais de 1.600 projetos e ações cadastradas em nosso banco de práticas, mas ainda não temos nossa marca relacionada a nenhuma causa única”, informa a coordenadora.

Uniodonto

Há cerca de dois anos, a Uniodonto Maceió deu início a um projeto pioneiro de atendimento em Vila Brejal, periferia da capital alagoana. Profissionais da cooperativa passaram a prestar serviços odontológicos gratuitos aos alunos e professores de uma escola local, considerada uma das áreas mais pobres da cidade. Paralelamente,

iniciaram um trabalho educativo com os pais das crianças atendidas, como forma de conscientizá-los sobre a importância da saúde bucal. Até então, muitos dos estudantes sequer tinham uma escova de dentes.

Após 12 meses, foi observada uma redução significativa da incidência de cáries entre aquela comunidade local, com reflexos altamente positivos na melhoria de sua qualidade de vida.

Durante a 21ª Convenção Nacional Uniodonto, realizada em outubro, a vice-presidente de Administração Financeira da Uniodonto do Brasil, Maria Sônia Costa, apresentou aos demais participantes esse *case* de sucesso da unidade de Maceió. O objetivo foi provocá-los no sentido de que o Sistema Uniodonto desenvolva um projeto nacional e integrado de sustentabilidade e responsabilidade social.

“Ao longo dos anos, temos tratado de modo informal e descentralizado o conceito de sustentabilidade. Cada uma de nossas cooperativas tem promovido ações socialmente responsáveis de forma isolada e pontual, e na Uniodonto do Brasil nem sempre ficamos sabendo quem ou como está fazendo isso”, ressalta Maria Sônia.

A proposta feita durante a Convenção foi para que, já na próxima Assembleia Ordinária nacional da Uniodonto, em março de 2012, seja aprovada a destinação de uma verba específica para elaboração de um projeto sistêmico, que possibilite trabalhar a questão da sustentabilidade em suas diferentes dimensões, entre elas a social, a econômica e a ambiental.

“Queremos trabalhar todas as áreas, porque a sustentabilidade envolve todas elas. Não adianta chegar em alguma instituição carente e fazer uma doação, por exemplo, se não sabemos qual será o resultado efetivo daquela doação. Responsabilidade social só funciona se trabalhamos a inclusão do cidadão na sociedade. Caso contrário, não é responsabilidade social”, diz a vice-presidente.

Segundo Maria Sônia, já no mês de janeiro próximo haverá um encontro

entre as singulares, no qual o assunto será abordado. “Levaremos ao evento algum especialista para falar sobre sustentabilidade, queremos que todas as nossas cooperativas participem desse projeto comum. Um projeto que trabalhe dentro da *expertise* da Uniodonto, e também aborde temas como a redução de água e energia, reciclagem e coleta seletiva de lixo, entre outros aspectos. Tudo isso abrange a sustentabilidade”, define.

Unimed Grande Florianópolis ganha Prêmio Expressão de Ecologia

O desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental é parte integrante dos direcionamentos estratégicos da Unimed em todo o país. Um bom exemplo disso foi o reconhecimento recebido neste ano pela Unimed Grande Florianópolis, vencedora do 18º Prêmio Expressão de Ecologia. A premiação, oferecida pela Editora Expressão, é dirigida aos melhores sistemas de gestão de responsabilidade social na região Sul.

Entre 153 concorrentes, a Unimed Grande Florianópolis venceu na categoria Gestão Ambiental, com o *case* “A responsabilidade socioambiental está em nosso DNA.” O projeto envolveu 100% dos colaboradores da entidade, que totalizam 850 pessoas.

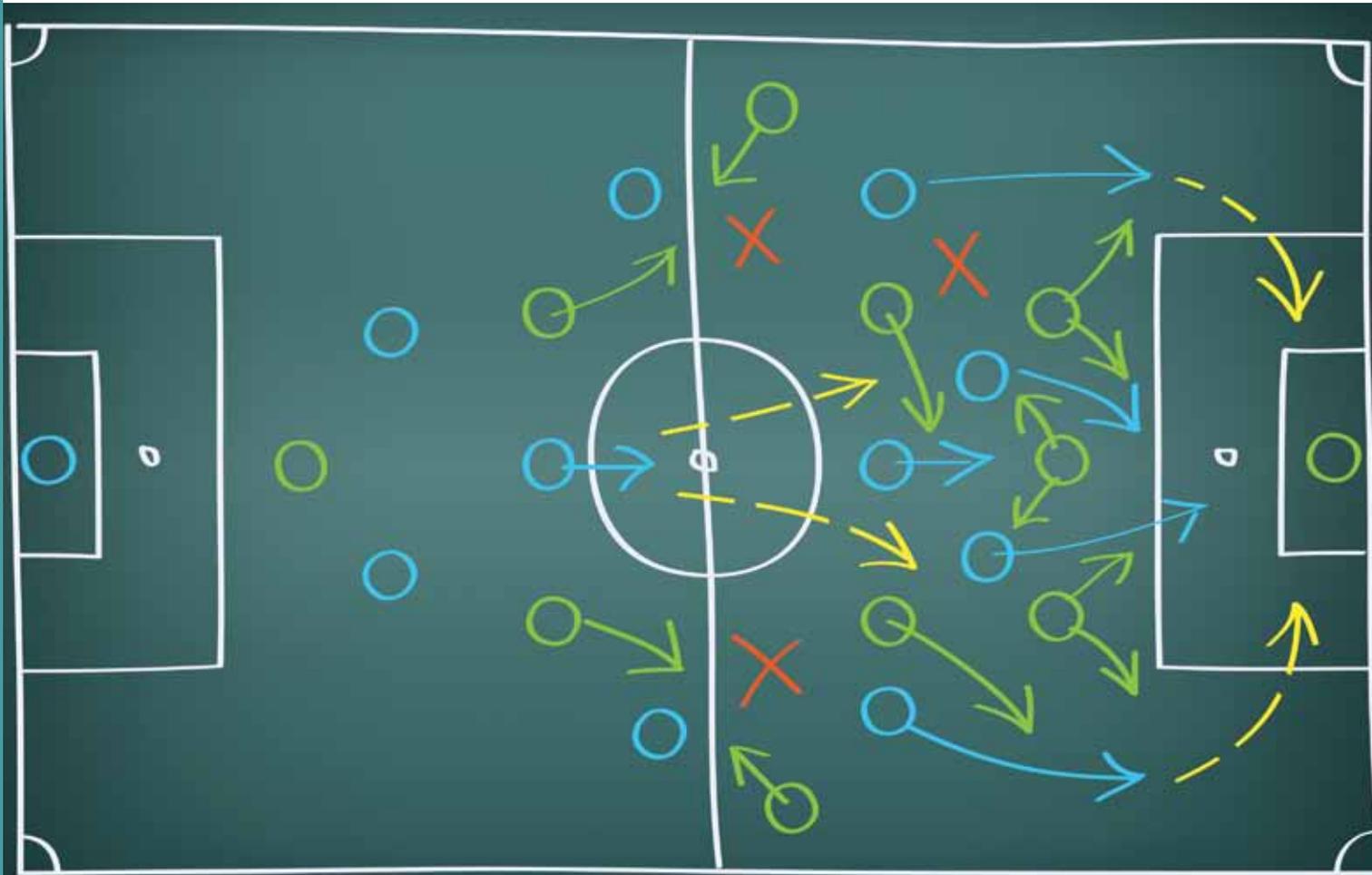
“Nós trabalhamos a parte de educação ambiental interna com nossos colaboradores, para uma mudança de atitude e comportamento. Coisas bem simples: passamos a utilizar canecas de porcelana em vez de copos para café, *squeezes* (garrafinhas) de metal para água, e outras medidas do tipo”, conta Cleci Elisa Albiero, gestora de responsabilidade socioambiental da cooperativa.

Cleci explica que outra atividade foi o reaproveitamento e a reciclagem de pilhas e baterias. “Uma empresa que trabalha com saúde não pode jogar esse tipo de material em qualquer lugar.” Segundo ela, a Unimed usa muito esses produtos nos equipamentos eletrônicos dos pronto-atendimentos de serviços próprios, e o projeto permitiu dar a eles um encaminhamento correto.

Líder de mercado em sua região, a Unimed Grande Florianópolis já trabalha há dez anos com a questão ambiental. Nesse período também desenvolveu um trabalho amplo no gerenciamento de resíduos de saúde. Foram tomadas, ainda, providências para a redução de emissão de gases poluentes por seus veículos, com a gasolina sendo substituída por gás natural GVT. “Um terceiro momento foi substituir o papel branco pelo reciclado, e ainda reaproveitar os resíduos de escritório”, relata a gestora.

A proposta é que as ações iniciadas dentro da Unimed extrapolem as fronteiras da cooperativa. Para isso, uma das atividades é a promoção de uma gincana da sustentabilidade, na qual as famílias dos colaboradores são convidadas a participar.

Gestão PLANEJADA



Unidades estaduais do Sescop passam a desenvolver projetos e iniciativas com base nos seus respectivos planejamentos estratégicos

Os planos de trabalho das unidades estaduais do Sescop para 2012 vão respeitar o estabelecido pelo planejamento estratégico de cada uma delas. Essa inovação é resultado de um trabalho que teve início ainda no final de 2010, pela Unidade Nacional, e que possibilitou que os estados construíssem seus respectivos planos alinhados aos direcionamentos corporativos do Planejamento Estratégico 2010-2013.

O primeiro passo que possibilitou esse acontecimento foi a definição de uma metodologia de trabalho, ocorrida no ano passado. Já em fevereiro deste ano, superintendentes e analistas responsáveis por esse processo nos estados participaram de uma capacitação. “A partir daí foi dado o pontapé para que as unidades elaborassem seus planos estratégicos”, afirma Karla Tadeu Duarte de Oliveira, assessora em Gestão Estratégica do Sescop.

O trabalho nos estados começou por uma ampla análise do planejamento estratégico nacional. Foi avaliada cada linha de ação proposta e também os respectivos impactos nas realidades estaduais. Isso feito, passou-se à identificação de quais procedimentos seriam prioritários. “Todo esse processo, encerrado em junho, teve o apoio da Unidade Nacional”, diz Karla Tadeu.

Com os planos estratégicos das unidades estaduais prontos, a fase seguinte foi a de alinhar esse trabalho ao planejamento estratégico do Sescop. “O pessoal envolvido nesse processo veio a Brasília, para que os planos estaduais fossem apresentados, dúvidas tiradas e eventuais ajustes e adequações feitos”, conta Karla. O produto final será

apresentado ao Conselho Nacional do Sescop, no final de novembro, e a partir de então, como afirma a gestora, as atividades nos estados passarão a ser executadas com base nos respectivos planejamentos estratégicos.

Identidade comum

O alinhamento nas unidades estaduais com o Planejamento Estratégico 2010-2013 da Unidade Nacional assegura uma identidade comum ao sistema, de acordo com Karla Tadeu. “Cada região e cada estado tem a sua peculiaridade, mas a partir de agora, temos uma cara. O que o Sescop faz, quais objetivos persegue, qual a missão da entidade - hoje nós temos uma missão única que traduz a nossa razão de existir.”

Na avaliação da assessora em Gestão Estratégica, até então cada estado tinha um jeito próprio de trabalhar. O resultado, segundo ela, era uma maior dificuldade na consolidação das informações, até mesmo para que elas fossem passadas às cooperativas. “Nós temos, agora, um direcionamento comum, com único foco em resultados”, diz ela.

*“Nós temos, agora,
um direcionamento
comum, com único
foco em resultados”*

*Karla Tadeu Duarte de Oliveira,
assessora em Gestão
Estratégica do Sescop*

Pilotos

A construção da metodologia para a elaboração dos planos das unidades estaduais contou com uma participação prévia dos estados do Amazonas, Espírito Santo e Paraná. Segundo Karla Tadeu, antes da capacitação, acontecida em fevereiro, o método definido foi testado nas três unidades, na forma de um projeto-piloto. “Isso foi essencial para que a gente conseguisse construir um modelo que fosse factível de ser usado por todos os estados, independentemente do porte”, explica a gestora.

No Sescop Amazonas, os objetivos estratégicos estão bem definidos, assim como as linhas de ação e o dimensionamento inicial dos projetos. O momento agora é o de preparar a implantação das atividades previstas em cada uma das ações. A informação é do superintendente da unidade estadual, Adriano Trentin Fassini. Segundo ele, em outubro o planejamento estratégico do estado foi apresentado a presidentes e representantes de cooperativas locais. “Esperamos, com isso, enriquecer os projetos definidos por nosso planejamento estratégico, com as contribuições dos nossos dirigentes”, afirma.

O superintendente do Sescop-AM explica que, durante o encontro, os dirigentes das cooperativas conheceram os dez objetivos estratégicos e as 20 linhas de ação selecionadas. Também ficou acertada a elaboração e divulgação da agenda de comunicação aos cooperativistas, parceiros estratégicos e à equipe do próprio Sescop. Fassini diz, ainda, que após essas definições será preparada a implantação das atividades previstas em cada projeto. “Com todo esse aparato, partiremos para a dotação

orçamentária, qualificando e quantificando as ações do nosso plano de trabalho para o exercício 2012, vinculando-as ao planejamento estratégico.”

A expectativa da unidade amazonense do Sescop é que o planejamento estratégico permita que sejam identificadas as necessidades estruturais e organizacionais, bem como a implantação de ações específicas para cada ramo do cooperativismo. “Ele possibilitará ações continuadas, que mesclarão atividades de monitoramento, formação profissional e promoção social de modo sistêmico, focado nas reais necessidades das cooperativas”, pontua.

O dirigente do Sescop-AM vai além. Para ele, os benefícios não são restritos ao seu estado, mas a todo o cooperativismo brasileiro. “Esse alinhamento é o principal passo que o Sescop está dando, desde sua criação, para se consolidar como sistema, e para a unidade nacional ser cada vez mais um referencial para captar, desenvolver e disseminar boas práticas, tecnologias, processos e normas para os estados”, avalia Fassini.

Espírito Santo

A possibilidade de atuar de acordo com os princípios corporativos do Sescop é a grande vantagem do alinhamento

“Podemos somar esforços com as demais unidades”

CARLOS ANDRÉ SANTOS DE OLIVEIRA,
superintendente do Sescop-ES



BANCO DE IMAGENS SESCOOP/ES

estratégico para o superintendente do Sescop Espírito Santo, Carlos André Santos de Oliveira. "Podemos somar esforços de modo mais efetivo com as demais unidades, para alcance do objetivo estratégico macro alinhado." Ainda na avaliação de Carlos André, também é importante a criação da identidade do Sescop em todo o país, direcionando a organização e descrevendo seu papel perante cooperativas, cooperados, empregados e familiares.

O planejamento estratégico do Sescop-ES foi aprovado em agosto, pelo Conselho Administrativo Estadual. "Essa providência vai ao encontro do objetivo de nosso sistema, que é a busca constante pelo aprimoramento dos métodos de gestão, para aperfeiçoar a condução das atividades, propiciando maior efetividade nos processos de desenvolvimento do cooperativismo", destaca Carlos André.

Nesse sentido, o superintendente avalia que o planejamento é uma ferramenta indispensável para o alcance da evolução e da excelência. "É possível, por meio desse instrumento, mapear e enfrentar as ameaças, aproveitar as oportunidades e refletir sobre os impactos das incertezas. E assim, definir as estratégias para nortear as decisões, de modo a alcançar as metas e estruturar o melhor caminho para atingir os objetivos, diz André."

Paraná

O processo de implementação do planejamento estratégico está avançado no Paraná. O superintendente do Sescop estadual, José Roberto Ricken, afirma que a fase já é de ação. O projeto foi aprovado pelas cooperativas, e o

"Debatemos com as cooperativas o que seria privilegiado"

JOSÉ ROBERTO RICKEN
superintendente do
Sescop Paraná



BANCO DE IMAGENS SESCOOP/PR

plano de trabalho para este ano foi feito com as metas estabelecidas pelo plano. "Tradicionalmente, nós discutimos com as cooperativas tanto o planejamento da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) quanto o do Sescop. E agora foi possível mostrar e debater com elas, os pontos que efetivamente gostariam que fossem privilegiados", detalha.

José Roberto Ricken lista algumas das vantagens advindas de um planejamento estratégico alinhado em todo o sistema. Uma delas é possibilitar que a unidade nacional do Sescop verifique por região, estado ou unidade a efetiva aplicação dos recursos. "Promovemos cerca de 4,5 mil eventos por ano. Sem um plano estratégico, não teríamos condições de fazer uma avaliação da aplicação efetiva dos recursos do Sescop nos objetivos definidos pela unidade nacional. Agora, o planejamento vai possibilitar que façamos uma comparação interna de aplicação dos recursos."

"Com o planejamento, temos a possibilidade de comparar e enxergar na frente as necessidades e as novas demandas", observa Ricken. Para ele, é fundamental que existam direções a seguir; caso contrário o que há são "tentativas de acertos".

Recursos do Fundecoop apoiam projetos de graduação e pós-graduação no Distrito Federal e no Ceará

Pedro Rogério Teixeira Júnior é dentista em Fortaleza, Ceará. Atuava no seu consultório, o qual estava acostumado a administrar, quando foi chamado, em 2001, para fazer parte da diretoria da Uniodonto. Ele conta que, de uma hora para outra, deparou-se com o papel de gestor de uma grande instituição, sem ter o preparo adequado. “Foi quando apareceu a oportunidade de fazer a Especialização em Gestão de Cooperativas.” A pós-graduação é oferecida pela unidade do Sescoop no Ceará, com a chancela da Universidade Federal do estado. Os recursos para possibilitar o curso vieram do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop) administrado pela Unidade Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

O dentista, que atualmente ocupa a vice-presidência da Uniodonto na cidade, fez parte da primeira turma da pós-graduação, iniciada em 2008. Afirma que a formação lhe assegurou o respaldo necessário para se relacionar

com outros gestores e prestadores de serviço em condições de igualdade de conhecimento. “À medida que as disciplinas eram ministradas, ia aprendendo o que deve e o que não deve ser feito. Hoje, me sinto muito mais com os pés no chão para tomar as decisões”, relata. Ao concluir o curso, Pedro Rogério apresentou uma monografia que teve como tema a odontologia no cenário do cooperativismo. Está agora na segunda pós-graduação; desta vez, em Gestão de Cooperativa de Crédito. Atualmente também integra o Conselho Fiscal da Unicred. O dentista tem sugerido aos companheiros das cooperativas que sigam seu exemplo e façam uma especialização em cooperativismo.

Além disso, muito do que aprendeu nas aulas Pedro Rogério ensina aos seus colegas na Uniodonto. “Eu passei a ser um replicador. Trazia sempre novidades para a cooperativa”, conta. Ao dividir o que aprendeu, ele cumpriu um dos objetivos do curso, como esclarece Ilana Maciel, gerente de Capacitação do Sescoop-CE. “A iniciativa principal foi a de criar multiplicadores em cooperativismo aqui no estado. A ideia é formar massa crítica, pessoas que realmente façam a diferença.”

Funcionária da área de informática da Unimed de Crateús (CE), Alvina Bezerra Soares Brandão fez o curso juntamente com Pedro Rogério. Ela relata que teve a

“Trazia sempre as novidades para a cooperativa”

**PEDRO ROGÉRIO
TEIXEIRA JÚNIOR,**
vice-presidente da
Uniodonto Fortaleza



DIVULGAÇÃO UNIODONTO

oportunidade de conhecer o funcionamento das cooperativas de uma forma completa. “Para mim, que já tenho 17 anos trabalhando em uma cooperativa médica, a visão de cooperativismo foi bem ampliada. Aprendemos com as experiências tanto dos professores quanto dos colegas.”

As aulas da segunda turma de pós-graduação do curso de Gestão de Cooperativas começaram no ano passado, e a fase agora é a de entrega das monografias. Ao todo, segundo Ilana Maciel, 71 especialistas estarão formados até o fim de 2011. “Acredito que, com essa especialização, estamos construindo aqui no Ceará um conceito de gestão mais moderno, baseado no que acontece no mundo contemporâneo”, avalia.

Junto com o aprimoramento técnico, Ilana Maciel explica que os cursos têm servido para aproximar as cooperativas cearenses do Sescoop. “Elas estão nos procurando mais, desfrutando das possibilidades que o Sescoop pode oferecer.” Além disso, de acordo com a gerente de Capacitação, cooperativas que não tinham ainda demandado cursos passaram a fazê-lo.



Cooperativistas em curso do Sescoop Ceará

Graduação

Enquanto no Ceará há um investimento na pós-graduação, o Sescoop do Distrito Federal se prepara para lançar, em 2012, o curso de graduação em Tecnólogo em Cooperativismo. A notícia foi dada pelo presidente da entidade, Roberto Marazi. Segundo ele, o curso terá dois anos de duração, nos mesmos moldes do que já é oferecido pelo Sescoop do Rio Grande do Sul. Como também acontece com os gaúchos, haverá oferta de bolsas de estudos, para possibilitar a participação dos cooperados, seus empregados e familiares. “O Fundecoop subsidiará o custo das bolsas, que serão concedidas mediante critérios rígidos para resguardar a adequada aplicação dos recursos do fundo”, explica Marazi.

Essa graduação em Tecnólogo em Cooperativismo é, explica o dirigente, mais uma ação da política do Sescoop-DF de incentivar, com prioridade, a educação cooperativista. Outros programas estão em andamento, ou já concluídos. Muitos com verba do Fundecoop. “Talvez a gente seja a segunda ou



Cooperativistas em curso do Sescoop DF

terceira unidade da Federação que mais usa os recursos do Fundo em atividades de interesse das cooperativas”, afirma.

O presidente do Sescop-DF explica que essa busca pelo Fundecoop é consequência da política em prol da educação cooperativista, e também porque a cultura do cooperativismo no Distrito Federal ainda é tenra, uma vez que a capital do Brasil tem apenas 51 anos. Atualmente, 188 cooperativas estão registradas na unidade brasileira da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O Sescop local capacitou mais de 1,4 mil pessoas no ano passado. A expectativa para 2011 é de atendimento a cerca de 2 mil pessoas, em cursos presenciais ou a distância.

Muitos desses cursos são de curta duração, mas Roberto Marazi conta que, ao longo da última década, o Sescop-DF promoveu cinco cursos de pós-graduação em cooperativismo, entre eles, um MBA específico para as cooperativas de crédito. Outro, também com foco no cooperativismo de crédito, enfatizou a área de Tecnologia de Informação, uma vez que há em Brasília uma cooperativa nessa área que é modelo em todo o país.

Producoop

Outra ação do Sescop-DF que conta com o apoio do Fundecoop é o Programa de Desenvolvimento Sustentado das Cooperativas de Produção e Trabalho do Distrito Federal (Producoop). Em 2010, o Conselho Nacional do Sescop aprovou um repasse de R\$ 100 mil do Fundecoop para custear parte do programa. O Producoop foi lançado em 2003 e tem o propósito de contribuir

“Queremos que as cooperativas possam se consolidar”

ROBERTO MARAZI
presidente do
Sescop-DF



BANCO DE IMAGENS SESCOOP/DF

para a constituição de novas cooperativas, bem como para o fortalecimento das já existentes.

Marazi afirma que, em função do Producoop, cooperativas importantes se consolidaram em Brasília. Entre elas, a Cooplem - Cooperativa de Ensino de Língua Estrangeira Moderna, que em 2010 contava com 8 mil alunos e 140 professores cooperados. “Nós queremos, no nascedouro da ideia cooperativa, levar todas as informações possíveis para que elas tenham pelo menos as condições básicas para se consolidar. Quando o cooperado não sabe do que está participando, a consequência é o insucesso da organização”, afirma Marazi. Atualmente, com o apoio do Fundecoop, do Governo do Distrito Federal, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, do Sebrae, do Senar e da Emater, onze cooperativas recebem orientações por meio do Producoop. São grupos nas áreas de floricultura, coleta seletiva e de produção agrícola. “Estamos constantemente com eles, orientando, alertando e buscando passar o grande desafio do cooperativismo, que é o comprometimento”, afirma Roberto Marazi. Ele acredita que esses onze grupos têm 98% de chances de se consolidarem com sucesso porque estão sendo orientados desde o princípio. “Sem apoio, ficaria muito mais difícil”, pondera.

Exemplo na agricultura orgânica



Cooperativas se tornam referência na produção de alimentos sem agrotóxicos no Brasil. SESCOOP e OCB querem estimular outras organizações a se dedicarem a esse tipo de produção

O Brasil tem se consolidado internacionalmente como grande produtor e exportador de alimentos orgânicos, aqueles produzidos sem a utilização de substâncias como fertilizantes ou aditivos sintéticos, agrotóxicos e reguladores de crescimento. Hoje, já são mais de 15 mil propriedades certificadas ou em processo de certificação nesse tipo de produção em todo

o país, sendo 75% delas pertencentes a agricultores familiares, grande parte membros de cooperativas.

Atualmente, o Sistema OCB/SESCOOP realiza um diagnóstico das boas práticas de cooperativas que trabalham com a agricultura orgânica. O objetivo é, com base nos resultados, desenvolver ações para incentivar e dar suporte a esse tipo de cultivo.

Motivos não faltam para essa decisão. Na avaliação de Marco Olívio Morato de Oliveira, analista da Gerência de Desenvolvimento de Ramos e Mercados da OCB, as vantagens da agricultura orgânica são muitas, a começar pelo aspecto econômico. “Os produtos com essa certificação valem 30% a mais do que os convencionais. Além disso, há no continente europeu um enorme mercado para essa produção. Isso sem contar que, no Brasil, em consequência do crescimento econômico, é cada vez maior a busca por esse tipo de alimento”, observa.

Outro ganho da agricultura orgânica, como aponta Marco Olívio, é o aumento na sustentabilidade do negócio. “Esse tipo de produção envolve três pilares: o econômico, o ambiental e o social.” A produção orgânica bem conduzida, segundo ele, resulta em menos insumos e menor incidência de resíduos. O analista destaca, também, que a agricultura orgânica engloba aspectos sociais, como a melhoria da qualidade de vida, uma vez que não há manuseio de agrotóxicos, e resulta em aumento da renda do produtor.

Biofruta

A Cooperativa dos Produtores Orgânicos dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí - Biofruta, sediada no município de Parnaíba, é um exemplo de que esse modelo de agricultura é um bom ramo de negócio para o cooperativismo. A produção de acerola da Biofruta é certificada pelo NOP (*National Organic Program*) o que assegura que a fruta ingresse nos Estados Unidos com certificação orgânica. “Trata-se de um título muito importante para nós, já que 100% de nossa produção é destinada à exportação”,

“Produtos orgânicos valem 30% mais que os convencionais”

MARCO OLÍVIO MORATO DE OLIVEIRA, analista da Gerência de Desenvolvimento de Ramos e Mercados da OCB



BANCO DE IMAGENS/SCOPY/DF

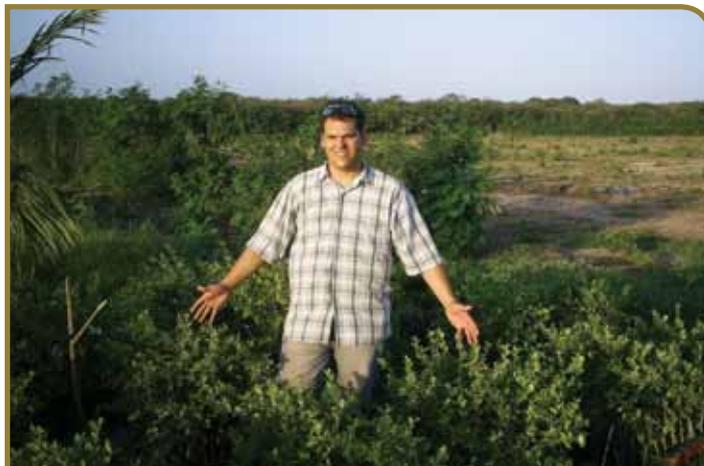
comemora o presidente da cooperativa, Esdras Nogueira Barros.

O carro-chefe da Biofruta é a acerola, mas outros cultivos começam a despontar, como a goiaba, que também tem a certificação do NOP, o caju e o coco, que são certificados como “Orgânicos Brasil”. Tudo resultado do trabalho que vem sendo feito há uma década.

Barros lembra que, inicialmente, a produção era convencional. “No começo ninguém aqui conhecia a produção orgânica. Mas resolvemos dar a ‘cara a tapa’. E foi dando certo. Em 2007, começamos a perceber a importância de formalizar o trabalho. Vimos a necessidade de instituir a cooperativa, para a gente poder emitir notas, ter uma visão melhor do grupo”, cita, lembrando que a cooperativa foi criada em 2008.

O presidente da Biofruta diz que a motivação de trabalhar com a produção orgânica veio como forma de atender a uma demanda do mercado que, segundo ele, mostrava constante crescimento. “Mas quando você começa a trabalhar no modelo orgânico, vai sendo criada uma cultura. Hoje percebemos mudanças na questão social e na qualidade de vida de nossos cooperados.” A Biofruta conta hoje com 29 associados, cada um deles com áreas de cultivo de quatro a 16 hectares.

“Estamos mostrando que o Piauí tem grande potencial para produção de orgânicos”



DIVULGAÇÃO/BIOFRUTA

Esdras Nogueira Barros, presidente da Biofruta

A formação da cooperativa, como explica Esdras, permitiu que novas portas se abrissem, com oportunidades de acesso a crédito, e também a treinamentos oferecidos pelo SESCOOP. “No começo não foi nada fácil. Nenhum banco acreditava na gente. Fizemos tudo com recursos próprios.”

Porém, após dez anos de opção pelo orgânico, a realidade é bem diferente. A cooperativa não só se destaca pela produção, como vê seus terrenos inseridos no circuito de turismo do Piauí. “Os visitantes vêm conhecer o nosso pomar, saber mais sobre a produção orgânica, conversar com os associados. A gente também recebe visitantes de outros países. Estamos mostrando que o Piauí tem um potencial muito grande para a produção de orgânicos”, orgulha-se o cooperativista.

Atualmente o presidente da Biofruta participa de uma especialização em Agricultura Biodinâmica na cidade de Botucatu, São Paulo. Para esse treinamento, ele recebe uma ajuda de custo do SESCOOP. O apoio, porém, vai além disso. José Pinto de Alencar, presidente do SESCOOP Piauí, afirma que diversos

associados da Biofruta têm participado de cursos de capacitação e de estratégias de monitoramento.

O SESCOOP-PI também busca o apoio do Ministério da Agricultura para a aquisição de um caminhão com isolamento térmico para transportar as frutas da cooperativa. “Como se trata de pequenos agricultores, os recursos são escassos. Eles precisam de apoio. Não só do SESCOOP e da OCEPI (Organização das Cooperativas do Piauí), mas também do governo do estado”, defende Alencar, que considera muito importante que outras cooperativas agrícolas passem também a investir na produção orgânica. “É uma agricultura limpa. Uma cooperativa como a Biofruta é um exemplo para todo o Brasil”, frisa o presidente do SESCOOP Piauí.

“Os pequenos agricultores precisam de apoio”

JOSÉ PINTO DE ALENCAR
presidente do
SESCOOP Piauí



GILCEIA MERELES

Organocoop

Outro exemplo bem-sucedido de agricultura orgânica vem de Mato Grosso do Sul. A Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande/MS – Organocoop tem apenas um ano de criação, mas o seu trabalho já é reconhecido na capital sul-matogrossense. Agora, a instituição trabalha para fornecer alimentos para merenda escolar. Além disso, desde abril deste ano, a cooperativa conta com certificação orgânica.

A Organocoop faz parte do projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), que em Campo Grande é desenvolvido em parceria entre o Sebrae, a Prefeitura Municipal, a Fundação Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura e Pecuária. O objetivo do projeto é proporcionar sustentabilidade às comunidades carentes e estimular a prática da agricultura orgânica.

O presidente da cooperativa, Osmar Schossler, afirma que, com o Pais, veio a semente para que os 63 cooperados passassem a atuar no ramo do orgânico. O passo seguinte foi a liberação de uma área em Campo Grande, pela prefeitura municipal, para que eles pudessem montar uma feira. "Apesar de ser um projeto de autossustento, para melhorar a alimentação das famílias, houve um excedente, que passamos a vender na feira." Ainda de acordo com Schossler, na medida em que as demandas dos produtores foram aumentando, eles sentiram a necessidade de mais apoio. Daí a decisão de criar a cooperativa.

A Organocoop conseguiu mais uma área da prefeitura de Campo Grande, e nela está sendo montado o Centro

de Processamento de Alimentos da Horticultura (CPAH). A expectativa é de que, em janeiro, os alimentos orgânicos já processados possam fazer parte do programa de merenda escolar.

O presidente da cooperativa está entusiasmado com os resultados, e ressalta a conscientização já adquirida pelos cooperados para que possam manter a certificação orgânica. "Cada um tem de obedecer as regras do modelo. Se alguém usar um insumo não permitido na agricultura orgânica, ele vai prejudicar o grupo. Então nós, como grupo, estamos sempre atentos e em contato com os técnicos da prefeitura, que visitam semanalmente as propriedades."

Outro aspecto levantado por Osmar Schossler é a sustentabilidade do negócio. Ele esclarece que Mato Grosso do Sul sofre com a concorrência da produção de hortaliças do estado de São Paulo. "A horticultura aqui não tem muita perspectiva. A concorrência é forte. Com o orgânico, a gente cria um nicho de mercado, oferecendo ao comércio local alimentos orgânicos produzidos no nosso próprio estado."

Diante dos exemplos da Biofruta e da Organocoop, ficam evidentes as vantagens que a agricultura orgânica oferece para as cooperativas, especialmente as de pequeno porte. O que demonstra o acerto do Sistema OCB/Sescoop em analisar nacionalmente as boas práticas desenvolvidas nessa área, com o propósito de estimular cada vez mais entidades cooperativistas a atuar dentro desse modelo.



Cooperativismo se consolida no Acre

O crescimento do número de cooperativas no estado é expressivo, mas o que é relevante são as mudanças sociais e econômicas, reflexos deste avanço.

A Revista Saber Cooperar foi conhecer o que acontece por lá

Por Daniela Lemke



FOTOS DANIELA LEMKE

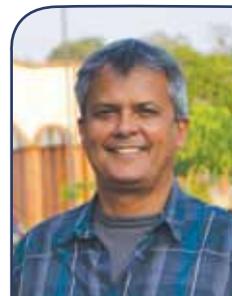
Duas mãos levantadas para mostrar o número oito. “Está vendo? Era esse o número de cooperativas registradas e devidamente adimplentes, em 2005”, disse o superintendente da Organização das Cooperativas do Estado do Acre (OCB/AC), Emerson Costa Gomes, ao falar do setor que passou de um dígito para três, em 2011, somando 110 cooperativas. Não só aumentar o número de cooperativas, como organizar o setor tem sido a grande meta do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Acre (Sescoop/AC), que vem capacitando cooperados em todo o estado.

“Queremos que as comunidades se organizem e se tornem referência por trabalhar de forma cooperativa. Muitos produtores familiares encontram nesse processo uma alternativa democrática para desenvolverem suas atividades produtivas”, complementa o presidente do SESCOOP-AC, Waldemiro Rocha, lembrando que as cooperativas estão em quase todos os 22 municípios do Estado.

Ele explicou que desde 2010 o trabalho que prevê a organização de cooperativas em centrais dentro de cadeias produtivas foi intensificado. “Sabemos da importância de organizar os cooperados para que juntos conquistem novos mercados e agreguem maior valor aos

“Em 2005 eram oito cooperativas registradas e adimplentes”

EMERSON COSTA GOMES,
superintendente da OCB-AC



DANIELA LEMME

seus produtos e serviços”, diz. Mas para isso, ele alerta, é necessário prepará-los para gerirem os seus negócios.

Desde o ano passado os produtores familiares do Acre estão se organizando de acordo com a vocação produtiva de cada comunidade. Um exemplo são os laticínios, piscicultores, os extrativistas e os moveleiros que formalizaram centrais para melhorar a produção e a comercialização e, como consequência, ter mais qualidade de vida.

Hoje já existem quatro centrais para atender pequenos agricultores e produtores extrativistas no estado do Acre: Cooperativa Central de Comercialização Extrativista (Cooperacre), Central das Cooperativas dos Produtores Marceneiros e Moveleiros do Estado (Unimac); Central Cooperativas do Vale do Juruá e Central de Cooperativas de Piscicultores do Acre, (Acre Peixes). Juntas reúnem oito mil cooperados.

Cooperacre abre mercado para extrativistas

A proposta de formar uma cooperativa que respondesse pela comercialização dos produtos agroflorestais extrativistas passou por várias tentativas, até que em 2001 o sucesso veio com o trabalho de muitas mãos. Foi a determinação

“Queremos que as comunidades se organizem e sejam referência”

WALDEMIRO ROCHA
presidente do SESCOOP-AC



DANIELA LEMME

de seringueiros e castanheiros, liderados por Manoel José da Silva, que concretizou a primeira Cooperativa Central de Comercialização Extrativista (Cooperacre), que reúne cerca de 1,8 mil famílias agroextrativistas, organizadas em 32 associações e cooperativas do estado. Esse novo formato social trouxe a possibilidade de ampliação da estrutura física e o acesso a crédito.

A capacidade de financiamento para a compra da castanha do Brasil pela cooperativa, em 2008, era de 180 mil latas (18 litros cada) e no ano passado saltou para 400 mil latas. Os recursos são contratados com o Banco da Amazônia, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O projeto trouxe ganhos significativos para os cooperados, que têm garantida a venda de toda a produção, com preços atraentes.

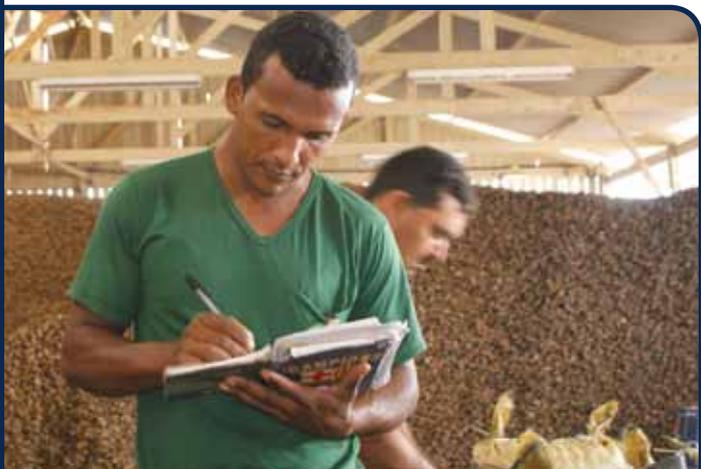
Segundo o superintendente da Cooperacre, Manoel Monteiro, o preço pago hoje é de R\$14 pela lata, durante a safra (dezembro a março), aumentando para R\$ 30,00 na entressafra. Muito diferente

da realidade vivida na década passada, antes mesmo de a cooperativa se estruturar, quando o trabalhador da floresta sofria numa relação injusta com o mercado que chegou a pagar R\$ 2,50, pela lata. “A central nos proporcionou a garantia do preço, acesso ao crédito, valorizou o produto e tornou mais justa a distribuição da riqueza gerada pela castanha”, diz Manoel Monteiro.

O crescimento sempre deve vir, mas o que a Cooperacre não abre mão é do espírito cooperativista. Segundo Monteiro, os cooperados são informados de tudo o que se passa nos negócios por meio da assembleia geral realizada uma vez por mês. Além de analisar relatórios, as lideranças associadas tomam decisões coletivas, assumindo a responsabilidade sobre sucessos e fracassos.

Além da castanha, a cooperativa destina 60% da produção de polpa de frutas, que chega a 400 toneladas ao ano, ao programa do governo que determina a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação. A lei que regulamenta o assunto, aprovada em janeiro de 2010, obriga o governo a repassar um mínimo de 30% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

O capital humano é a prioridade da cooperativa. Os 206 funcionários são acompanhados de perto, conta Monteiro. “Incentivamos os nossos colaboradores e suas famílias para que continuem estudando”. Geildo Franca, de 33 anos, sabe muito bem o que é isso. Ele começou a trabalhar, há dez anos, logo que a central foi constituída. Não sabia escrever e nem ler. Os



DANIELA LEMME

Geildo Franca: “Tenho orgulho de trabalhar aqui”

desafios eram grandes, pois a cada dia as responsabilidades aumentavam e ele necessitava de um controle maior da produção das castanhas que entravam e saíam da cooperativa.

O conhecimento que adquiriu na floresta já não era mais suficiente para controlar o estoque e fornecer relatórios. Com o incentivo da cooperativa ele se alfabetizou e hoje é responsável por todo o controle da produção. “Eu tenho orgulho de trabalhar aqui. Tenho um bom salário que permite uma vida digna à minha família.” Recentemente a cooperativa contratou a esposa de Geildo e juntos eles estão dando condições para que os quatro filhos frequentem a escola.

Donos do próprio negócio

Há seis anos, desde que passou a entregar o leite para a Cooperativa de Agricultores e Pecuaristas da Regional do Baixo Acre (Coopel), o dia de Wilmar Antonio Vicenze começa às 4h30. Ainda é noite quando ele prepara vinte vacas para a coleta manual, em sua

propriedade, a 60 quilômetros de Rio Branco. Na safra (outubro a março) ele chega a retirar 180 litros de leite por dia, baixando para 66 litros na entressafra (abril a setembro). É a sua renda principal e garante o sustento da família de cinco pessoas.

Tudo é feito com muito cuidado e agilidade; e ele só toma o seu café da manhã depois das 6h30, quando o caminhão da Coopel passa e recolhe a produção. A história de Vicenze, que vende cada litro por R\$ 0,65, confunde-se com a de outros 330 cooperados de sete cidades do Acre – Plácido de Castro, Capixaba, Xapurí, Senador Guiomar, Acrelândia, Porto Acre e Bujari.

Constituída em 2005, como alternativa para os pequenos produtores que não tinham onde entregar o leite, a cooperativa está hoje em plena ascensão e já é referência no Acre como modelo de gestão. As conquistas foram chegando aos poucos, mas o ano de 2006 ainda está muito vivo na memória do presidente da Coopel, Ezequiel Rodrigues de Oliveira. “Precisávamos de um espaço maior e de uma estrutura que atendesse a demanda dos cooperados.” O que fez a diferença, explicou Oliveira, foi uma parceria com o Sescop e com o Poder Público. Receberam assistência técnica adequada e compraram um antigo laticínio que processava o leite fornecido pelos então 140 produtores, que assumiram um passivo de R\$ 800 mil.

Assim, pegando carona em políticas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e um empréstimo do Banco da Amazônia, puderam investir e faturar mais. “O nosso principal compromisso



DANIELA LEINKE

Ezequiel Rodrigues de Oliveira, presidente da Coopel

foi repassar os recursos para os produtores que não recebiam há meses”, explicou Ezequiel. Seis meses depois ocorreu o primeiro repasse, quando a capacidade diária de recepção de leite saltou de 2 mil para 12 mil litros por dia. Hoje, a cooperativa chega a receber 22 mil litros diários.

Outro resultado importante do PAA na região tem sido a regulação dos preços do produto no mercado. Antes da ação do Programa, os produtores do Baixo Acre recebiam o equivalente a R\$ 0,40 por litro, porém, se a produção ultrapassasse o previsto no mês, o valor pago caía para R\$ 0,13 o litro. Hoje isso não acontece mais. Com a capacidade de aquisição de leite garantida pelo PAA, a Coopel pode pagar ao produtor o valor praticado no mercado, independentemente do volume entregue.

Marceneiros se fortalecem com o cooperativismo

“Nos unimos para oferecer um produto de qualidade e conquistar espaço no mercado.” O depoimento otimista

é do marceneiro da Cooperativa Arte da Floresta, Hélio Pedrozza. A central cooperativa reúne os moveleiros do Vale Juruá, em Cruzeiro do Sul, a 700 km da capital do Acre.

O setor caíra no esquecimento e ficou sem nenhum incentivo. Muitos empreendimentos fecharam as portas e os marceneiros ficaram desempregados. Agora recebem um apoio especial do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que formalizou a Central de Cooperativas de Madeiros e Moveleiros do Estado do Acre (Unimac).

A mudança beneficiou cerca de 400 famílias, que tiram seu sustento produzindo móveis nos municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri, Brasileia e na capital acriana. Para o presidente da central, que já conta com sete cooperativas de moveleiros, João Evangelista Farias Neto, a Unimac foi uma forma inteligente de organizar o setor, para facilitar não só as vendas, como também a aquisição de madeira e o licenciamento ambiental.

Por causa da mobilização feita pela Unimac, o governo estadual sancionou uma lei, em julho deste ano, para incentivar os órgãos públicos a comprar mobiliário produzido pelos marceneiros e moveleiros acrianos. Na ocasião, eles conseguiram uma licença ambiental por quatro anos, e foram beneficiados pela queda dos preços do metro cúbico da madeira, de R\$ 600,00 para R\$ 400,00.

De acordo com o presidente do Sescoop, Waldemiro Rocha, entre fevereiro e abril deste ano, várias cooperativas foram visitadas por técnicos da instituição, da Secretaria de Desenvolvimento



DANIELA LEMKE

Cooperativa Arte da Floresta, em Cruzeiro do Sul (AC)

Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia e do Sistema "S". As visitas possibilitaram traçar um panorama da situação dos trabalhadores do setor de móveis, que aguardam a conclusão das obras do polo moveleiro, em Cruzeiro do Sul, em uma área de 12 hectares, doada pelo governo.

A via de acesso ao polo foi asfaltada e o prédio onde vai funcionar a parte administrativa e o restaurante já está pronto. A construção dos galpões que vão abrigar as cooperativas e os empreendimentos do ramo de móveis está em fase adiantada. João Evangelista diz que há dois anos, quando o setor estava na sua pior crise, nem imaginava os avanços que alcançariam e isso só foi possível pela força, pela união das pessoas que adotaram o cooperativismo como filosofia de trabalho.

Piscicultores apostam na cooperação

Com disposição e cheio de argumentos, Sansão Nogueira de Sena, eleito este ano presidente da Central de Cooperativas de Piscicultores do Acre – Acre Peixes, abre as portas de sua propriedade para falar dos projetos de piscicultura, em Mâncio Lima, no Vale do Juruá, a 35 quilômetros de Cruzeiro do Sul. Cansado de procurar soluções sozinho, ele, que acredita na cooperação, aposta na união dos piscicultores para fortalecer o setor.

Com ajuda do SESCOOP, foi formada este ano a central que reúne pequenos e médios criadores de peixes. O próximo passo foi achar investidores e com a ajuda do governo estadual foi formada uma frente para tornar o Acre

referência na criação de alevinos. Surgiu então o Complexo Industrial de Peixes da Amazônia S/A, uma parceria público-privada que vai gerenciar a cadeia do peixe, com um modelo social, econômico e ambientalmente correto.

"Muitas pessoas serão beneficiadas com esse projeto", avalia Sena. Ele estima que toda a cadeia reúna 13 mil famílias, o que faz com que a atividade envolva diretamente pelo menos 50 mil pessoas em um estado cuja população é de pouco mais de 700 mil habitantes. O complexo já começou a ser construído. Primeiramente serão instalados dois frigoríficos e dois centros de alevinagem em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul, além de uma fábrica de ração na capital acriana.

O complexo industrial prevê a participação das cooperativas em 25% do empreendimento, avaliado atualmente em R\$ 50 milhões, somente para a construção da fábrica de ração, do centro de alevinagem e dos frigoríficos. A expectativa é de que, em quatro anos, a produção salte das atuais 5 mil toneladas/ano para 20 mil toneladas. A iniciativa do governo do estado envolve as cooperativas, empresários e produtores rurais do ramo de piscicultura.

Para fomentar o desenvolvimento, os produtores contam ainda com a conclusão do asfalto da rodovia BR-364, que cruza todo o norte do estado, ligando o Acre a Rondônia. São 70 km ainda por pavimentar, entre Manoel Urbano e Feijó. "As estradas são fundamentais para o nosso negócio, pois vão possibilitar o escoamento da produção e a aquisição de ração dos peixes." E complementa Sansão: "O Vale do Juruá será o endereço do peixe da Amazônia".

A melhor farinha está no Vale do Juruá

Unir esforços e dar condições para o desenvolvimento da produção e comercialização do mais importante item da economia no Vale do Juruá: a farinha. Essa foi uma das estratégias do SESCOOP ao incentivar a criação de uma central. Após algumas reuniões em abril deste ano com representantes de cooperativas foi constituída a Central de Cooperativas do Juruá, em Cruzeiro do Sul. Inicialmente, participam três singulares: a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores Rurais de Cruzeiro do Sul (Camprucsul); a Cooperfarinha, de Cruzeiro do Sul; e a Coopersonhos, de Marechal Thaumaturgo.

Conhecida como a “Farinha de Cruzeiro do Sul”, o produto extraído da mandioca recebe o título da melhor do Brasil, e é proveniente também de dois municípios vizinhos: Mâncio Lima e Rodrigues Alves. Em todo o estado do Acre existem mais de nove mil famílias envolvidas na produção de farinha de mandioca e derivados, como farinha de tapioca, goma e biscoitos. Pequena parte do produto

é vendida nos mercados, sendo a maior parte destinada localmente à subsistência dos próprios agricultores.

O presidente da Central, Germano da Silva Gomes, que diariamente trabalha no processamento do produto de forma artesanal, em pequenas unidades denominadas casas de farinha, disse que o setor precisava de uma instituição que cuidasse do destino da farinha. “Como produtores, não temos condições de acompanhar as três fases que envolvem a produção, industrialização e comercialização da mandioca.” Ele explicou que diariamente cerca de 400 quilos de mandioca são ralados em sua propriedade, com um aproveitamento final de 50%, que seguem para a cidade onde são comercializados.

O presidente da Camprucsul, Antônio da Conceição de Azevedo, aposta na criação da Central para melhorar a situação dos agricultores. Serão três cooperativas que terão um único objetivo, que é o de oferecer produto de qualidade em grande escala. “Teremos uma estrutura mais apropriada para o desenvolvimento das atividades, desde a produção até a comercialização”, diz.

O destino do subproduto da farinha também terá mais atenção com a Central, que poderá explorar novos mercados. “Dá para fazer uma porção de coisa com a farinha: ela pura, com coco, farinha de tapioca, biscoito de biju de goma e assim vai”, explica Antônio, conhecedor do produto que manuseia há mais de três décadas. Embora a farinha seja a principal renda de Antônio, ele também retira de sua propriedade de 12 hectares, frutas, frango, peixes e verduras para a complementação da renda.



DANIELA LEINKE

Germano da Silva Gomes, presidente da Central de Cooperativas do Juruá

Contabilidade Globalizada

As entidades públicas e privadas brasileiras estão obrigadas a adotar as normas contábeis internacionais. A medida alcança também as cooperativas e o próprio SESCOOP

Em tempos de economia globalizada, com as relações empresariais e as oportunidades de negócios ultrapassando as fronteiras dos países, é exigência cada vez mais premente a adoção de padrões internacionalmente reconhecidos de contabilidade. Organizações públicas ou privadas, inclusive as cooperativas, precisam se adaptar a essa realidade, seja qual for o setor em que atuem.

No Brasil, a Lei 11.638/07, em vigor desde 2008, estabeleceu que, a partir de 2011, todas as empresas e demais entidades devem ter seus demonstrativos contábeis adaptados às normas estipuladas pelo IASB (International Accounting Standards Board), órgão sediado em Genebra, Suíça, responsável pela definição dos padrões internacionais de contabilidade.

A nova legislação brasileira foi criada com o propósito de harmonizar as normas contábeis do país aos pronunciamentos do IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidos pelo IASB. Além disso, conferiu poderes para que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) regulamente as regras a serem seguidas pelas entidades nacionais.

O gerente financeiro do SESCOOP, Carlos Baena, explica que, tradicionalmente, a contabilidade brasileira sempre sofreu influências da legislação tributária, com normas geradas por uma diversidade de leis, instituições e agências reguladoras. Disse ainda que o país tem feito um esforço para resolver conflitos internos nessa área, inclusive com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, composto pelo CFC juntamente com a Comissão de Valores

Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), entre outras instituições. É responsabilidade desse comitê elaborar pronunciamentos a partir das resoluções do IASB, que posteriormente são transformados em normas pelo CFC, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, considerando a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

Baena ressalta que a adoção das normas internacionais irá assegurar maior transparência aos demonstrativos contábeis das organizações brasileiras. “Elas conferem mais precisão aos registros de valores referentes ao patrimônio das empresas, e também tornam mais transparentes a execução e a divulgação da contabilidade, com demonstrativos mais claros para os acionistas, clientes, órgãos de controle e demais públicos de relacionamento”, observa.

Segundo o gerente financeiro, essa padronização vai trazer benefícios significativos, inclusive nas relações com públicos de outros países. “O mundo exige isso, o mercado também, porque existem muitos investidores no Brasil, e nossos demonstrativos financeiros e contábeis não eram bem entendidos pelo público internacional. Muitos até contratavam especialistas para interpretar para a linguagem deles. Agora fica padronizado com os demais países”, afirma Baena.

Cooperativas

No que se refere ao cooperativismo, Edimir Santos, analista tributário da Organização das Cooperativas

Brasileiras (OCB), avalia que a adequação às normas internacionais será positiva para o setor. Ele adverte, contudo, que muitas cooperativas terão de modificar radicalmente a forma como vinham fazendo sua contabilidade: “Muda muita coisa. Uma das principais é a obrigação de registrar quanto vale realmente cada dívida e cada bem da organização. Daqui para frente, passa a valer mais o valor atual do que o valor de compra, o valor de registro que antigamente era usado”, exemplifica.

Apesar de prever que, no princípio, algumas cooperativas podem encontrar dificuldade para se adaptar às novas regras, o analista acredita que essa adequação é essencial para suas atividades. “As que ainda não se adaptaram precisam correr para fazer isso. Caso contrário não vão conseguir financiamentos ou vender para fora. Hoje, a comunidade internacional quer olhar o balanço das cooperativas e comparar com sociedades de outros países, e essa comparação só é possível com a aplicação das normas internacionais”, alerta Edimir.

Como não poderia ser diferente, o Sistema OCB/Sescoop tem contribuído nesse processo de adaptação das cooperativas às novas regras contábeis. Iniciativas de capacitação já foram promovidas em diferentes estados, abrangendo diversos ramos do cooperativismo. No ano passado, por exemplo, um convênio com entidades do ramo saúde permitiu que representantes dos sistemas Unimed e Uniodonto passassem por treinamentos.

Edimir Santos frisa que, mais do que o cumprimento de uma obrigação legal, a adoção das normas internacionais de contabilidade vai permitir que as

cooperativas melhorem significativamente seus processos internos. “Agora a cooperativa poderá mostrar para seu associado o valor real de seus bens e patrimônio; tudo fica mais transparente”, pontua.

O analista lembra que as novas regras contábeis também contribuirão para que as cooperativas se preparem e

possam utilizar melhor o novo modelo de escrituração oriundo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). “A disposição em atender as normas internacionais deve ser a mesma para acolher os requisitos impostos pelo fisco para a entrega da Escritura Fiscal Digital (EFD) – Pis/Cofins, inibindo assim as altas penalidades”, conclui.

Sescoop também se adapta às novas regras

Assim como as cooperativas e demais entidades públicas e privadas brasileiras, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo também está obrigado a se adequar às normas internacionais de contabilidade, conforme disposto na Lei 11.638/07.

Como primeiro passo, foi contratada uma consultoria especializada para diagnosticar os impactos e avaliar a aplicabilidade das regras à contabilidade do Sescoop. Em seguida, foram definidas novas práticas contábeis, com mudanças de rotinas e reflexos nos relatórios gerenciais e contábeis.

O estabelecimento dessas novas práticas levou à reestruturação e revisão do plano de contas e do respectivo manual descritivo das contas contábeis. Concluído esse processo de criação, integração e migração das informações, foi promovida uma capacitação dos profissionais da área contábil das unidades nacional e estaduais do Sescoop, com o auxílio de uma consultoria contratada especificamente com essa finalidade.

“Durante todo o ano de 2010 o Sescoop se preparou para essa adaptação às normas internacionais de contabilidade. Todo o Brasil está se adequando a elas”, informa Carlos Baena, acrescentando que o Sescoop tem participado de reuniões sobre o tema com as demais entidades do Sistema “S”. O objetivo é alinhar os entendimentos sobre as novas regras no âmbito das instituições integrantes do Sistema.



Resultados coletivos

Distribuição de sobras ao final de cada exercício fortalece os vínculos entre cooperativas e cooperados, e é mais uma vantagem do modelo cooperativista em relação às outras empresas

Diferentemente de uma empresa mercantil comum, que tem no lucro o objetivo final de sua atuação, a cooperativa tem como foco a prestação de bons serviços e a busca por resultados coletivos para seus cooperados. Isso significa que o saldo financeiro positivo ao final de cada ano, ao invés de ser destinado a um único dono do negócio, ou distribuído a quem tem maior número de ações, é assunto de discussão em assembleia, para que todo o conjunto dos cooperados possa decidir o que fazer com as sobras.

“É a assembleia que resolve se as sobras serão aplicadas em outros investimentos – e se isso será feito em parte ou no todo – ou se devem ser distribuídas proporcionalmente à participação de cada associado na atividade da cooperativa durante o exercício”, explica Helmut Egewarth, analista de Desenvolvimento e Gestão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Helmut esclarece que, legalmente, uma parcela de 10% das sobras é destinada à reserva legal da cooperativa, usada para cobrir eventuais prejuízos da instituição. Outra parte vai para o Fundo de Assistência Técnica e Educacional e Social (Fates), a ser aplicado em atividades educacionais ou sociais. “Também pode haver outros fundos, conforme o

estatuto de cada entidade. O que fazer com o que sobra é decidido em assembleia”, diz o analista.

Sediada na cidade paranaense de Campo Mourão, a Coamo Agroindustrial Cooperativa é hoje uma referência no que diz respeito à distribuição de sobras para seus associados. Com 41 anos de atividades e 113 unidades distribuídas em 61 municípios de Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a cooperativa apresentou, em 2010, um total de R\$ 287 milhões em sobras líquidas.

De acordo com o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, a distribuição de sobras para os cooperados têm contribuído para o fortalecimento da economia nas regiões em que a entidade está presente. “É um dinheiro que poderíamos utilizar para novos investimentos, como a construção de indústrias. No entanto, nossa primeira opção sempre é a de devolver aos cooperados”, salienta. Gallassini também destaca que os recursos recebidos como sobras são, frequentemente, aplicados pelos associados no custeio da colheita. “Com as sobras no bolso o cooperado não tem de dispor, imediatamente, de parte da safra para pagar a colheita. Assim, ele pode aproveitar melhor os picos de comercialização e garantir boas médias de preços com a safra”, afirma o diretor, frisando que cada associado recebe a sua

“A assembleia resolve como as sobras serão aplicadas”

HELMUT EGEWARTH
analista de
Desenvolvimento e
Gestão da OCB



BANCO DE IMAGENS SESCOP/DF

parte das sobras na proporção de sua movimentação no abastecimento de insumos e na entrega da produção.

Cooperados satisfeitos

Entre os associados da Coamo, o sentimento é de satisfação a cada vez que recebem sua parte nas sobras da cooperativa. Morador de Ouro Verde, no oeste catarinense, Pedro Giacomini foi um dos que comemoraram os resultados de sua cooperativa ao final do último exercício. “Viajei mais de 500 quilômetros para prestigiar a assembleia e, mais uma vez, a Coamo apresenta bons resultados.”

Outro cooperativista satisfeito com as sobras do ano passado foi Arno Dresch, do município de Toledo (PR). “Os resultados da prestação de contas da Coamo não poderiam ser melhores. Foi um ano difícil, dentro e fora da porteira. No entanto, conseguimos dar a volta por cima”, celebrou.

Também João Batista Ventura de Oliveira, de Luiziana (PR), festeja o fato de frequentemente receber sobras pela participação na Coamo. “Como acontece todos os anos, o cooperado já se programa para receber as sobras. Me acostumei com esse conforto que, sem dúvida, agrada muito todo o quadro social”, observa.

Rondônia

Do Sul para o Norte do país. Em Rondônia, a Sicoob Credisul, com sede em Vilhena e presente em outros quatro municípios do estado, desenvolveu um modelo inovador para distribuição de sobras entre seus 6 mil associados. A instituição usa os resultados positivos de cada exercício para rentabilizar as aplicações dos cooperados e também restituir parte dos juros pagos por eles em eventuais contratações de empréstimos.

“Distribuímos as sobras em três etapas: primeiro, incrementando o rendimento das aplicações de nossos associados; depois, remunerando o saldo médio do depósito à vista mantido por ele em sua conta; e ainda devolvendo parte dos juros que ele pagou em razão de créditos tomados”, explica Vilmar Saugo, vice-presidente da Sicoob Credisul.

Com relação às aplicações, Saugo detalha que, além da cota capital, legalmente remunerada pela taxa Selic, os associados sempre são incentivados a fazer uma aplicação paralela de longo prazo, o RDC 721 dias. Por ocasião da distribuição de sobras, essa segunda aplicação recebe, além da Selic, rentabilidade extra baseada no resultado obtido pela cooperativa. “Somados, a remuneração do capital social pela Selic e o incremento na rentabilidade do RDC 721, nosso cooperado obtém ganhos significativos sobre os recursos que ele aplica na cooperativa”, conta o dirigente.

Vilmar Saugo esclarece as vantagens desse modelo para a Sicoob Credisul. “Conseguimos manter um capital social alto e também aplicações expressivas de longo prazo, que nos permitem

operar de forma planejada com nossos cooperados.”

Quanto à remuneração dos depósitos à vista, ela é feita com base no saldo médio mantido em conta-corrente pelo cooperado. Historicamente, essa correção tem sido por volta de 5% superior à das cadernetas de poupança. Novamente, uma sistemática que contribui para atrair recursos para a cooperativa.

Na terceira modalidade de distribuição de sobras, a Sicoob Credisul restitui, ao final do exercício, uma parcela dos juros pagos pelos cooperados sobre empréstimos que tenha feito. Essa devolução tem sido em torno de 8% do que foi gasto em termos de juros. “Assim, todos os negócios que o associado faz com a cooperativa têm rentabilidade. Se ele tiver um perfil poupador ele ganha; e se tiver um perfil tomador, também ganha. Isso sempre a partir das sobras”, celebra Vilmar Saugo.

Cabe ressaltar que, antes de efetuar a distribuição dessas sobras aos seus cooperados, a Sicoob Credisul reserva 10% dos resultados para a reserva legal e 5% para o Fates. Em determinados anos, de acordo com as necessidades da cooperativa, é sugerida em assembleia a reintegração de 20% a 30% das sobras.

Para Vilmar Saugo, o modelo de distribuição de sobras adotado pela cooperativa tem contribuído para fortalecer os vínculos entre a instituição e seus associados. “Isso é importante para mostrar efetivamente ao cooperado que a sobra do negócio vai para ele. É ele quem decide o que será feito com o lucro da cooperativa”, diz Saugo.

Os resultados obtidos pela Sicoob Credisul são comemorados pelo Sescoop Rondônia. Na opinião de Eduardo Pessoa, assessor técnico da unidade, o estado atravessa um bom momento econômico, e as cooperativas têm sabido aproveitar a ocasião. “Nossas cooperativas não estão ‘dormindo no ponto’; pelo contrário, estão atentas às mudanças mercadológicas e tecnológicas, tornando-se instituições mais sérias e profissionais, competindo em pé de igualdade com outras organizações”, diz o assessor.

Ele lembra que praticamente todas as cooperativas da região “cone sul” do estado mantêm contas na Sicoob Credisul, o que demonstra a confiabilidade transmitida pela instituição.

E como forma de fazer com que as demais cooperativas se inspirem nesse modelo de sucesso no que se refere à distribuição de sobras, o Sescoop-RO tem divulgado, em seus eventos, a sistemática adotada pela Sicoob Credisul. “Toda a sociedade ganha com os bons resultados das cooperativas. Mas para que isso ocorra é necessário o uso correto das sobras, que os investimentos retornem ao cooperado, para que ele se desenvolva economicamente, movimentando a economia e gerando mais trabalho e renda à população local”, analisa Eduardo Pessoa.

“É importante mostrar que a sobra do negócio vai para o cooperado”

VILMAR SAUGO
vice-presidente da
Sicoob Credisul





JOSE FILHO

Cooperativismo na sala de aula

Livro prepara professores para trabalhar com educação cooperativista

Qual a melhor maneira de educar as crianças para o cooperativismo? Como desenvolver a educação para a cooperação? As pesquisadoras Ilana Oliveira Maciel e Cecília Rosa Lacerda decidiram tirar das experiências com os alunos, professores e pais de alunos, durante as atividades do Programa Cooperjovem, as respostas para essas perguntas. Nasceu daí o livro “Educar para Cooperar – Práticas Pedagógicas Cooperativas e Formação de Professores no Programa Cooperjovem”.

Ilana explica que o livro foi criado para dar apoio aos professores, para que possam trabalhar o cooperativismo de forma lúdica e com embasamento teórico. Segundo a coautora, esses professores já têm de passar aos alunos uma quantidade muito grande de informações, que são os conteúdos formais previstos no Plano Curricular Nacional. E, assim, o cooperativismo acaba sendo geralmente tratado como um assunto a mais. “Por isso a necessidade de dar ao tema uma abordagem especial”, diz.



CHRISTIANE DE LAMOR

A pesquisadora Ilana Oliveira Maciel

O livro é consequência do projeto Disseminando o Cooperativismo nas Escolas. Ilana Maciel explica que o programa foi desenvolvido em cidades do Ceará, pelo Sistema OCB-Sescoop/CE. De acordo com Ilana Maciel, que é gerente de Capacitação do SESCOOP local, os melhores resultados foram alcançados nos municípios de Guaiuba e Boa Viagem.

A professora Rosilene Maciel Mendes de Lima, que atualmente trabalha na área de Planejamento e Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Boa Viagem, fez parte desse processo. À época do Disseminando o Cooperativismo nas Escolas, Rosilene coordenava o Departamento de Apoio ao Estudante na Secretaria. Segundo ela o trabalho começou com a decisão do município de aderir ao Programa Cooperjovem. “Achamos que era uma iniciativa muito interessante, uma vez que possibilitava às pessoas aprenderem a se socializar e se relacionar melhor. A gente queria inculcar aos nossos pequenos alunos esse espírito de cooperativismo, de associativismo, aprendendo a dividir e a construir em grupo”, justifica.

Inicialmente, 40 escolas de Boa Viagem se inscreveram para participar do Cooperjovem. No entanto, de acordo com a professora, como o município é muito extenso, quatro escolas foram selecionadas – três da zona urbana e uma da rural. “A partir daí, a gente começou a trabalhar com os professores, em encontros mensais com oito horas de duração. Passamos a construir o planejamento e a preparar as atividades que podíamos desenvolver com os alunos.”

Rosilene Lima explicou que foi muito gratificante trabalhar no projeto até a conclusão que resultou a publicação. “Houve toda uma preparação, principalmente com um grupo de professores, para que pudéssemos chegar ao resultado final.” Ela destaca a preocupação das autoras da obra de propor às professoras que trabalhassem o cooperativismo em todas as disciplinas, não restringindo a apenas um tipo de aula.

Conteúdo interdisciplinar

Um dos capítulos do livro “Educar para Cooperar – Práticas Pedagógicas Cooperativas e Formação de Professores no Programa Cooperjovem” se dedica exatamente à questão colocada pela professora de Boa Viagem. De acordo com Ilana Oliveira Maciel, o terceiro capítulo trata do planejamento da ação didática, na perspectiva do cooperativismo. “Estamos propondo como ensinar o cooperativismo na interdisciplinaridade.”

O livro relata uma experiência que deu certo no ensino de português para os alunos do 1º ao 3º anos do ensino fundamental. Um dos textos usados nas escolas era sobre a história de superação

de uma galinha ruiva, mas a abordagem inicial se restringia ao aprendizado da língua. Ilana Oliveira Maciel conta que as professoras, a partir do texto, passaram aos estudantes a importância da cooperação. “Por que a galinha ruiva não obteve êxito no início, quando estava sozinha, mas depois sim?”, esclarece.

O material didático do Programa Cooperjovem foi usado como apoio. Além disso, explica Ilana Maciel, por ser uma escola do interior do estado, foram tratados temas bastante afeitos à realidade das crianças. Os alunos discutiram não apenas o português, mas como eles poderiam ajudar no uso racional da terra, do adubo e da fertilização. “Foi assim que o cooperativismo surgiu para esses meninos e meninas. A história da galinha ruiva mostrou que o cooperativismo é importante entre as pessoas”, comemora Ilana.

Lançamento

O livro “Educar para Cooperar – Práticas Pedagógicas Cooperativas e Formação de Professores no Programa Cooperjovem” foi lançado no final do ano passado, com uma tiragem inicial de 2 mil exemplares.

O superintendente da Unidade Nacional do Sescop, Luís Tadeu Prudente Santos, participou do lançamento. Na ocasião, ele afirmou que a obra é uma das primeiras no Brasil a tratar do Programa Cooperjovem. “Essa publicação pode possibilitar que outros estados conheçam o trabalho desenvolvido no Ceará. Além disso, trata-se de uma ação inovadora que possibilita o ensino do cooperativismo de forma interdisciplinar”, disse Tadeu.



Por dentro do Cooperjovem

O Cooperjovem é um programa desenvolvido pelo Sescop para fomentar o cooperativismo no Brasil. Ele se baseia em uma proposta de educação construída a partir de princípios, valores e da prática da cooperação. O programa Cooperjovem colabora com as escolas na preparação das crianças do ensino fundamental para a formação cooperativa.

O conteúdo do programa destaca o cooperativismo como uma forma efetiva de exaltar valores essenciais como cooperação, voluntariado, solidariedade, autonomia, responsabilidade, democracia, igualdade e equidade, honestidade e ajuda mútua.

Formar gente para o agro



Tenho recebido de todos os lados informações de que falta mão de obra. Na construção civil fala-se muito da inadimplência de empreiteiros que não conseguem encanadores, carpinteiros, eletricitas e marceneiros, e com isso atrasam suas obras, onde faltam também engenheiros. Aliás, grande parte dos engenheiros formados em nossas melhores escolas vai para o sistema financeiro: os bancos descobriram que a formação básica destes profissionais (matemática, cálculo, lógica) é bem

aplicada por eles na área de finanças. Por isso, os engenheiros acabam deixando de lado a construção civil (inclusive obras públicas), o setor de projetos, a indústria química e mecânica, a área de eletroeletrônica, manutenção, etc. E isso é mais um problemão para organizar nossa infraestrutura para a Copa de 2014...

Também ouço queixas de grandes escritórios de advocacia quanto à qualidade de parte dos novos formados; e ainda mais, faltam médicos para o interior: todo mundo quer ficar nos grandes centros, o que é natural.

Mas além dos profissionais universitários, é geral a queixa pela carência de técnicos de nível médio, os verdadeiros tocadores de projetos: falta mais enfermeiro que médico!

Para superar este problema, que não se resolve da noite para o dia, o Sistema "S" vem trabalhando duro: Sesi, Sescop, Senai, Sesc, Senac, Senat, Sebrae e seus congêneres estão lutando para formar gente capaz.

E na agricultura, como está isso? Não é muito diferente. O interesse do mundo todo pelo nosso Agro vem produzindo uma demanda incomum por profissionais habilitados a tocar empreendimentos rurais, seja na agricultura, na

Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal



DIVULGAÇÃO

pecuária, na indústria de insumos ou na de transformação. Gente que entende de meio ambiente, de tributação, de logística, de serviços como crédito e seguros, ficou importante. Consultoria e planejamento voltaram à moda. Investimentos nacionais e internacionais reclamam gestores capazes.

A competitividade a que nossos produtores rurais foram submetidos pelos Planos Collor e Real (com estabilização interna da moeda e abertura comercial externa sem proteção) exigiu que eles se amparassem em dois grandes pilares: tecnologia e gestão.

A primeira - tecnologia - estava mais ou menos disponível. Nossos órgãos de pesquisa e universidades tinham conhecimento acumulado para ser repassado. Mas a sua transferência para o campo exigiu profissionais bem treinados em assistência técnica e extensão rural. Com a ajuda das cooperativas agropecuárias, esta parte deu certo e os saltos de produtividade são a prova disso.

Mas a segunda parte - gestão - foi bem mais complicada: com a inflação de 80 por cento ao mês, não havia necessidade de cuidados maiores, criou-se a cultura da ineficiência. Isso acabou. O produtor moderno precisa ser bom em gestão comercial, financeira, tributária e fiscal, de recursos humanos, ambiental,

de manutenção, etc. Suas cooperativas e agroindústrias também. Até os órgãos de P&D dependem de bons gestores. Estamos bem nisso? Mais ou menos.

As Universidades vêm formando técnicos em todos os níveis. Segundo os poucos dados disponíveis, no ano passado elas graduaram cerca de 6500 engenheiros agrônomos, 5000 zootecnistas, 6000 médicos veterinários, 4000 engenheiros florestais e mais uma boa leva de gente especializada em meio ambiente, administração, engenharia rural, etc.

Mas nem sempre com boa formação em gestão. E aqui também faltam os técnicos de nível médio. Neste ponto o descasamento é gritante e não estamos formando suficientes gerentes e administradores de fazendas, capatazes e chefes de escritório ou oficina. O Sistema "S" também tem ajudado neste capítulo. Em 2010, o Senar treinou 686,6 mil profissionais. O Sescoop treinou 197,8 mil pessoas para cuidar das cooperativas.

Mas a demanda é brutal. Só a FGV, até maio deste ano, está oferecendo 20 MBAs em agronegócio em todo o país, e mais ainda é necessário. Cerca de 712 profissionais estão estudando aí. Tema? Gestão rural...



Portas abertas para cooperativismo

A participação das cooperativas de trabalho em licitações foi um dos painéis do XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional



JOSE FILHO

A participação das cooperativas em licitações, especialmente as que atuam no ramo Trabalho, foi tema de debate durante o XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, que aconteceu no final de setembro na capital federal. Os ministros Ives Gandra Martins, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e André Luís de Carvalho, do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentaram os marcos legais referentes ao assunto, e expuseram suas análises pessoais sobre o papel do cooperativismo de trabalho na geração de emprego e renda.

Ives Gandra Martins ressaltou que a terceirização de mão de obra tem sido assunto de discussões no TST. Ele explicou que, por decisão do Tribunal, as atividades profissionais consideradas meio podem ser objeto de terceirização, seja por empresa ou por cooperativa de trabalho. Além disso, há a percepção clara de que a terceirização é um fenômeno universal.

O ministro admitiu, no entanto, que ainda há barreiras no Poder Judiciário para a participação de cooperativas de trabalho na oferta desse tipo de serviço. “Muitas vezes os juízes criticam o fato de os entes públicos contratarem mão de obra terceirizada. Esses magistrados deixam de reconhecer um fenômeno que é irreversível e legal”, advertiu. Ives Gandra considera que esse posicionamento, além de ferir a lei, é preconceituoso. Para ele, no que se trata de licitações, a cooperativa de trabalho tem a mesma legitimidade que qualquer empresa que atue no mesmo setor. “É uma discriminação tirar a oportunidade de uma cooperativa de trabalho participar de uma licitação apenas porque é uma cooperativa”, afirma.

Ele ressaltou que a defesa que faz do cooperativismo do trabalho é baseada ainda na experiência que teve ao conhecer a Cootravipa, uma cooperativa de coleta de lixo no Rio Grande do Sul, contratada pela prefeitura de Porto Alegre (RS). “Vi o que é o genuíno espírito cooperativo. Não havia concurso público e as pessoas, então, se uniram para conseguir emprego e oferecer um trabalho. E ao contrário do que se vê na maioria das vezes quando se fala em vínculo empregatício, não existe a ideia de subordinação. Fiquei encantado”, disse.

OIT

O ministro do TST informou que a Recomendação 193, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) deixa claro que não pode ser dado a uma cooperativa de trabalho tratamento menos privilegiado do que a uma empresa do mesmo ramo. “Nós estamos indo contra um normativo internacional do qual o Brasil participou.” Segundo Ives Gandra, um cuidado a ser tomado e que pode ser um motivo para as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de trabalho em licitações são as falsas cooperativas.

Por conta disso, explicou que a partir de um inquérito no Tribunal Superior do Trabalho foram definidos três princípios básicos para se distinguir uma cooperativa verdadeira de uma falsa. O primeiro é a criação espontânea. O segundo princípio é a autonomia de gestão e, por último, a liberdade de filiação. “A cooperativa tem de ser criada por um grupo de trabalhadores, que para entrar no mercado se unem e oferecem seus serviços. A união faz a força.”

Além desses princípios, Ives Gandra Martins defendeu a aprovação de uma

“Não se pode discriminar as cooperativas nas licitações”

IVES GANDRA MARTINS,
ministro do Tribunal Superior do Trabalho



JOSE FILHO

lei que garanta aos trabalhadores das cooperativas de trabalho os mesmos direitos assegurados pelo Artigo 7º da Constituição Federal. “Quem vai querer montar uma cooperativa falsa, para não pagar férias, 13º, aviso prévio, se todos esses direitos vão estar previstos na lei que vai regulamentar as cooperativas de trabalho?”. Para o ministro do TST, quando essa norma for aprovada, não haverá mais o que se falar de cooperativa falsa, “porque vamos cobrar da cooperativa o exercício de todos aqueles direitos”, finalizou.

“Precisamos criar padrões e referências para as cooperativas”

Márcio Lopes de Freitas,
presidente da OCB/Sescoop

TCU

Por sua vez, André Luís de Carvalho citou outro artigo da Constituição Federal ao tratar das cooperativas de trabalho. “O trabalho é um direito, como está no artigo 6º da Constituição. Talvez o maior direito seja o de existir o posto de trabalho. Não vejo como exercer esse direito social sem a criação do posto de

trabalho. A cooperativa cria condições para essa oferta”, analisou.

O ministro do TCU listou aspectos da legislação atual que tratam de licitações. Abordou alguns pontos da Lei nº 8.666/93 (licitações e contratos), e outros normativos que influenciam diretamente as cooperativas. Além disso, mostrou-se preocupado com a atitude de alguns entes públicos de dificultarem a participação de cooperativas em processos licitatórios. “Estamos, na verdade, inviabilizando a adoção de políticas públicas”, alertou.

Um exemplo dado por ele é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. “Basta imaginar o Pronaf. É possível um programa na área da agricultura familiar, em que uma cooperativa que atua no setor não possa participar? É no mínimo incoerente”, ponderou o ministro.

Ao encerrar o painel, o presidente da OCB/Sescoop, Márcio Lopes de Freitas, disse que o trabalho desenvolvido por ministros como Ives Gandra e André Luís de Carvalho é um estímulo para que o Sistema continue a buscar a regularização e a normatização do cooperativismo no Brasil. “Precisamos criar padrões e referências para que nossas cooperativas continuem evoluindo como instrumento de aprimoramento social, educacional e de bem-estar para seus sócios”, afirmou.

“O trabalho é um direito que está na Constituição”

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
ministro do TCU



JOSE FILHO

O cooperativismo cuida da saúde das pessoas.
E a OCB cuida da saúde do cooperativismo.



As cooperativas de saúde já conquistaram 37% de participação de mercado. Hoje, atendem cerca de 20 milhões de usuários de planos médicos e odontológicos. E para promover um movimento de números tão expressivos existe a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A instituição presta consultoria às cooperativas em questões jurídicas e tributárias, além de apoiar eventos do ramo por todo o país. Assim, dá sua contribuição para que o cooperativismo continue firme, forte e saudável.



@istockphoto

**EM 2012, TODO MUNDO
(E O MUNDO TODO)
VAI SER MAIS COOPERATIVO.**



2012 foi escolhido pela ONU para ser o Ano Internacional das Cooperativas. Nada mais justo, já que o cooperativismo é um movimento que gera qualidade de vida para cerca de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo. O sistema cooperativista brasileiro faz parte desta iniciativa e vai promover uma série de ações por todo o país para informar à sociedade os benefícios do setor.

Se você acredita no ideal da cooperação, cole sua foto no espaço marcado neste anúncio. Afinal, você também pode ser mais cooperativo.

SESCOOP
SAUS Q. 4 BL. 1
ASA SUL BRASÍLIA DF
70070-963



www.brasilcooperativo.coop.br